

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**Os espaços-tempos nos primórdios do Centro Oeste Mineiro – das
primeiras expedições bandeirantes a 1760**

SÁVIO AUGUSTO NOGUEIRA SILVA

BELO HORIZONTE

2018

Sávio Augusto Nogueira Silva

**Os espaços-tempos nos primórdios do Centro Oeste Mineiro – das
primeiras expedições bandeirantes a 1760**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Geografia do
Instituto de Geociências da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito
para obtenção do título de Licenciatura em
Geografia.

Orientador: Ralfo Matos

Belo Horizonte

2018

AGRADECIMENTOS

Gratidão a todas as forças superiores que me ajudaram, abençoaram e intuíram durante este trabalho.

Gratidão aos meus pais e familiares, amigos e de Carmo do Cajuru e Divinópolis que estiveram presentes comigo em diversos momentos na caminhada escolar e ao longo da graduação;

Gratidão a toda família do “Dinho e da Dinha” que também esteve presente comigo em diversos momentos;

Gratidão a professores da Escola Estadual Padre João Parreiras Villaça, por terem contribuído comigo de várias maneiras para formação como estudante;

Gratidão a Taciana, ao Rodrigo e a Aline por terem contribuído com minhas “andanças” por Belo Horizonte e por diversos diálogos tidos com eles;

Gratidão a todos meus companheiros de graduação que me ajudaram desde o princípio a me adaptar à vida de Belo Horizonte, e por diversos momentos em companhias na graduação, com diálogos, pela companhia em trabalhos de campo, entre diversos outros encontros;

Gratidão ao professor Ralfo Matos, que aceitou me orientar nessa empreitada de pesquisa da monografia, e que se mostrou disponível em diversos momentos ao longo da graduação;

Gratidão a diversos outros professores do Instituto de Geociências da UFMG que contribuíram de diversas maneiras à minha formação;

Gratidão ao professor Marcelo Godoy que aceitou em participar da primeira parte da elaboração deste trabalho e por suas atenções dedicadas em outros momentos;

Gratidão a professora Marly e ao professor Mário Rodarte que aceitaram participar da segunda etapa deste trabalho;

Gratidão a Fernanda, Guilherme e Luiz pela ajuda com os mapas e a Március, Nayhara, Valdir e Taciana pela ajuda nas correções.

Muito Obrigado! Um grande abraço a todos!

Dezembro de 2018

O tempo e o espaço

“O espaço é uma acumulação desigual de tempos” (M. Santos);

“a Geografia não é outra coisa que a História no Espaço, assim como a História é a Geografia no Tempo” (Elisée Reclus)

“Ter sido é uma condição para ser” (F. Braudel)

Tempo Rei – Gilberto Gil

<i>“Não me iludo</i>	<i>Água mole</i>
<i>Tudo permanecerá</i>	<i>Pedra dura</i>
<i>Do jeito que tem sido</i>	<i>Tanto bate</i>
<i>Transcorrendo</i>	<i>Que não restará</i>
<i>Transformando</i>	<i>Nem pensamento...</i>
<i>Tempo e espaço navegando</i>	
<i>Todos os sentidos...</i>	<i>Tempo Rei!</i>
	<i>Oh Tempo Rei!</i>
<i>Pães de Açúcar</i>	<i>Oh Tempo Rei!</i>
<i>Corcovados</i>	<i>Transformai</i>
<i>Fustigados pela chuva</i>	<i>As velhas formas do viver</i>
<i>E pelo eterno vento...</i>	<i>Ensinaí-me</i>
	<i>Oh Pai!</i>
	<i>O que eu, ainda não sei</i>
	<i>Mãe Senhora do Perpétuo</i>
	<i>Socorrei!...”</i>

Resumo

Este trabalho, baseando-se numa perspectiva Geográfico-Histórica, procurou demonstrar como pouco a pouco as bases da formação da região Centro Oeste Mineira foram se constituindo à medida que a fronteira de expansão do poder colonial português aumentava em direção à oeste da região central mineradora. O período analisado compreendeu desde o início do povoamento colonial de Minas Gerais até aproximadamente 1760. O trabalho se baseou em uma revisão bibliográfica sobre alguns conceitos utilizados tanto na Geografia quanto na História, e de autores que trabalharam o Centro Oeste Mineiro sob diversos aspectos. Além disso, na pesquisa, foram elaborados alguns mapas com auxílio do software Arc Gis, versão 10.2.2, utilizando bases de dados do IBGE. Este recurso cartográfico permitiu mostrar como se deu a dinâmica de ocupação do oeste de Minas desde seu início até o ano de 1760. Por fim, chegou-se a uma hipótese de que as bases da formação do Centro Oeste Mineiro compuseram-se de cinco “espaços-tempos”: indígena; as primeiras descobertas bandeirantes e suas consequências; a fase de abertura de caminhos; a fase formação e expansão de quilombos e por último, o desmantelamento de quilombos através de guerras, com a expansão de sesmarias na região.

Lista de Figuras

Figura 1- Proposta de Proto Regiões para Minas Gerais até 1760

Figura 2- Grupos indígenas que ocuparam o Grande Oeste

Figura 3 – Grande Oeste – 1710 a 1725

Figura 4- Grande Oeste – 1750 a 1760

Figura 5- Serra da Sobra – Ibiá_MG

Figura 6- Mapa de Todo do Campo Grande

Figura 7 - Grande Oeste após 1760

Siglas utilizadas:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CEMUD/UEMG - Centro de memória professora Batistina Maria De Sousa Corgozinho/
Universidade Estadual de Minas Gerais – Campus Divinópolis.

Sumário

	Página
Introdução	7
Capítulo 1: Abordagens conceituais	10
1.1 - Espaço e Tempo – um diálogo necessário	10
1.2 – Território	16
Capítulo 2: Primórdios da formação territorial de Minas – séc. XVIII	26
2. 1 - Desbravamento e início da formação territorial	27
2.2 - Complexidades territoriais	33
2.3 - A formação urbana	39
2.4 – Mudanças na Capitania	44
Capítulo 3: A oeste das Minas – do Sertão ao povoamento	48
3.1 – O “Grande Oeste”	48
3.2 – Os indígenas	51
3.3 – Pitangui e o início do povoamento dos sertões de oeste	54
3.4 – A picada de Goiás	59
3.5 - Territorialidades quilombolas e a estruturação do território	63
Considerações Finais	77
Referências Bibliográficas	80

Introdução

A região hoje denominada Centro Oeste Mineira, no início do século XVIII ainda não estava delimitada. À época, estava inserida numa vasta porção de terras sertanejas. Após as primeiras descobertas de ouro em Pitangui e Tamanduá, uma zona de fronteiras ali se estabelece. O oeste era um limite da expansão do poder metropolitano. Era uma vasta região que se iniciava aproximadamente a partir do rio Paraopeba para oeste. Uma área de um vasto sertão, conhecido por muito poucos, exceto por bandeirantes que por lá transitavam à procura de indígenas para escravidão mas também por bandidos e negros fugidos que lá encontravam refúgio nas matas e serras longe do controle régio.

No transcorrer da intensificação das atividades minerárias, e com a crescente população da capitania de Minas Gerais, as porções centrais dedicadas à agricultura encontravam-se num estágio de esgotamento de nutrientes em razão do uso intensivo dos solos para abastecimento alimentar das localidades mineradoras próximas. Além de que, as próprias atividades extrativas de ouro, por utilizarem o desvio de cursos d'água visando cavar algumas encostas ricas do metal, influenciaram no aumento do processo erosivo nos locais, sendo comum a abertura de voçorocas, dificultando ainda mais a possibilidade de plantio após o minério ser recolhido.

Diante disso, pessoas ligadas ao ramo da produção agropecuária buscavam outras áreas para expandir suas atividades. O sul da capitania foi uma importante área onde a fronteira agrícola se expandiu rigorosamente. No entanto, os sertões de oeste começaram a despertar diversos interesses. Desde a debandada dos paulistas das zonas centrais mineradoras após a Guerra dos Emboabas para locais a oeste, eles viriam a descobrir nas proximidades de Pitangui várias reminiscências auríferas. Desde então, para esta localidade outras pessoas se deslocaram com interesses em explorar ouro, mas também em expandir suas atividades agropastoris a fim de subsidiar a crescente vida urbana ali existente.

Este trabalho, baseando-se numa perspectiva Geográfico-Histórica, procurou demonstrar como pouco a pouco diversos acontecimentos e diferentes formas de ocupação do espaço, constituíram-se como as bases da formação da região Centro Oeste Mineira à medida que a fronteira de expansão do poder colonial aumentava em direção à oeste da região central mineradora. O período analisado compreendeu desde o início do povoamento inicial de Minas Gerais até aproximadamente 1760. Diante disso, algumas perguntas foram norteadoras na pesquisa: quais fatores contribuíram para a formação inicial do que viria a se constituir mais

tarde o Centro Oeste Mineiro? Como o povoamento inicial dessa região esteve ligado aos interesses por parte da Coroa? Além disso, que territorialidades foram presentes nessa região ao longo do tempo, e que possibilitaram ou dificultaram o processo colonizador no local?

Sobre essa região, há contribuições de alguns autores que falam de variados temas concernentes a toda história da região. No entanto, nenhum trabalho procurou estabelecer um estudo integrador. Destarte, há obras que destacam a história de algumas cidades como SOBRINHO (2007), CORRÊA (1995), RABELLO (2014), SILVA (2011), e por outro lado, alguns falam de quilombos que se formaram na região, como BARBOSA (1971, 1979), MARTINS (1995, 2008), AMANTINO (2006, 2008). Sobre tempos mais recentes da região, há o grupo de estudos (CEMUD) da UEMG-Divinópolis, que através de seminários divulgam trabalhos e pesquisas concernentes à região. No entanto, nenhuma obra procurou produzir uma pesquisa integrada, que “entrelaçasse” os diversos fatores que contribuíram para o processo de formação da região. Tem-se em mente que construir uma explicação sobre a (geo)história dessa região numa perspectiva que abranja desde seus primórdios até os o século XXI, se mostra uma grande dificuldade. Portanto, esta pesquisa se justifica por tentar preencher uma lacuna ao propor uma explicação integrada dos fatores chaves nos primórdios da região.

O trabalho se baseou em uma revisão bibliográfica sobre alguns conceitos utilizados tanto na Geografia quanto na História, e de autores que trabalharam esta região sob diversos aspectos. Além disso, na pesquisa, foram elaborados alguns mapas com auxílio do software Arc Gis, versão 10.2.2, utilizando bases de dados do IBGE. Tiveram o intuito de demonstrar o processo de transformação que a grande região a oeste das minas sofreu ao longo do tempo, partindo perante isso, desde as primeiras ocupações indígenas, até 1760, aproximadamente.

O trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro fez-se uma discussão em torno de alguns conceitos utilizados na Geografia e na História, como Espaço, Tempo e Território, e que permearam todo o texto. No segundo capítulo, fez-se uma contextualização de Minas Gerais ao longo do século XVIII, procurando enfatizar como se deu a formação territorial nos primórdios dessa capitania, principalmente no que toca essa formação com relação à expansão das fronteiras para oeste da zona central mineradora.

No terceiro capítulo, mostrou-se quais fatores foram chaves na formação primordial dessa região. A abordagem sobre eles pautou-se em analisar o papel “territorial” que tiveram sobre a formação da região. Os fatores encontrados foram: as territorialidades indígenas; a

descoberta de ouro em Pitangui no início do século XVIII e a influência que esta vila desempenhou no processo inicial da expansão da fronteira para oeste. Além disso, a importância da Picada de Goiás e outros caminhos e seus impactos sobre o território; e por último, as territorialidades quilombolas. Sobre esta última, foram consideradas algumas questões que sustentaram a reprodução e manutenção dessas comunidades frente a diversas dificuldades impostas pelo sistema escravista como as fugas, os locais estratégicos escolhidos para se formarem, além da luta que tiveram contra tropas do poder colonial ao longo de duas grandes guerras, uma em 1746, e outra em 1759, que terminou no ano seguinte.

Por fim, chegou-se a uma hipótese de que as bases da formação do Centro Oeste Mineiro compuseram-se de cinco “espaços-tempos”: indígena; as primeiras descobertas e suas consequências; a fase de abertura de caminhos; a fase formação e expansão de quilombos e por último, o desmantelamento de quilombos através de guerras, com a expansão de sesmarias na região.

Parte 1 - Abordagens conceituais

1.1 - Espaço e Tempo – um diálogo necessário.

Conforme SOUZA (2013), pensar o espaço é partir de uma noção de “espaço geográfico”, sendo que uma ideia fundamental neste conceito é o espaço social. O autor adverte que ao se discutir em Geografia este conceito, ele não se limita a materialidade, como a da superfície da Terra. Espaço social condiz com um todo, com a superfície transformada e, portanto, produzida pela sociedade, como é percebido a seguir:

(...) se disséssemos que o espaço social (...) corresponde, sem maiores discussões, à superfície terrestre, haveria sempre a possibilidade de se reduzir o espaço à sua expressão material (crosta terrestre e matéria bruta, além das matérias-primas transformadas pelo trabalho em bens móveis ou imóveis) (...). (SOUZA, 2013, p.36).

Com isso, o autor demonstra que se partirmos de outras categorias, como território e lugar, por exemplo, a ideia de espaço social pode ser ampliada, evitando assim cair numa concepção limitada calcada na materialidade, apenas. Além disso, outros termos podem enriquecer uma abordagem sobre espaço social, como “organização social” e “produção do espaço” (SOUZA, 2013). Para o autor, a organização espacial não se restringe a pensar as coisas ou objetos criados pelos homens. Em sua perspectiva, entender a “organização do espaço” requer pensar elementos que não necessariamente são criados pelo homem, mas que na reprodução da vida dele pode ser importante, como a presença de um rio na organização de uma comunidade ribeirinha. Além disso, considerar a organização espacial, não se pode resumir ao mundo das coisas ou objetos, mas considerar também a imaterialidade, como cultura, língua, entre outros.

Em outra perspectiva, há que se destacar a contribuição de Roberto Lobato Corrêa (CORRÊA, 1995). Conforme este autor, ao longo da trajetória do pensamento geográfico, o espaço em foi concebido de diferentes maneiras. Na chamada Geografia Tradicional, que abrange desde aproximadamente a década de 1870 até por volta de 1950, não privilegiou uma discussão em torno do espaço, mas sim as categorias de paisagem e região. Nessa perspectiva, a concepção filosófica era calcada no positivismo, destacando-se alguns importantes nomes como Paul Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel. Este, entretanto, iniciou, mesmo que indiretamente, uma discussão em torno do conceito de Espaço, trazendo em sua obra “Antropogeografia”, os termos “espaço vital” e território. Espaço vital para Ratzel era vinculado à fonte de recursos, como uma base indispensável à vida humana, algo crucial para

a constituição do Estado. O termo “território” foi associado ao próprio “espaço vital”, como a base física/material do Estado.

Além de Ratzel, outro importante geógrafo que se destacou nessa linha da Geografia foi Richard Hartshorne, que concebia como tarefa dos geógrafos, descrever e analisar a interação e integração de fenômenos em termos de espaciais. O “espaço” para Hartshorne era algo absoluto; possuía existência por si mesmo; um receptáculo de coisas (CORRÊA, 1995).

Na geografia Teorética Quantitativa, corrente de pensamento que surgiu por volta de 1950, em resposta à Geografia Tradicional, o “espaço” pela primeira vez ganha notoriedade nos estudos. Foi associado segundo CORRÊA (1995) a alguns termos como planície isotrópica, e como representação matricial. Para SPOSITO (2004) no primeiro caso, o termo “isotrópica” era relacionado à ideia de homogeneidade, um espaço que para ser estudado era tido como algo equilibrado, onde se correlacionava com ideias de distância, orientação e conexão. Quanto à ideia de representação matricial, outros termos estariam relacionados para representar o estudo do espaço, termos estes como movimento, rede, hierarquia, superfície entre outros.

Em resposta às perspectivas das Geografias Tradicional e Teorética Quantitativa, eis que surgiram em torno de 1970 as Geografia Crítica e a Geografia Fenomenológica. Enquanto a primeira esteve associada, grosso modo, às concepções do materialismo histórico/dialético, a segunda foi fortemente influenciada pelo pensamento de Yi Fu Tuan, no Brasil.

Na chamada Geografia Crítica, Henri Lefébvre foi um dos pioneiros do estudo do conceito de “espaço”, tendo em sua obra *Espaço e Política*, elaborado uma concepção de “espaço social”. Conforme Corrêa (1995), Lefébvre não entendia o espaço como absoluto, como era pensado na Física, na Matemática e Geometria. O espaço era dialético, um pressuposto de toda produção e reprodução das relações sociais (LEFÉBVRE, 1976, apud CORRÊA, 1995). Além de Lefébvre, Milton Santos foi outro importante autor na estruturação do pensamento da Geografia Crítica no Brasil¹.

Na Geografia Fenomenológica, o termo espaço era associado à ideia de experiência, vivência dos indivíduos, entretanto, não foi o principal conceito defendido por ela, sendo o de “lugar” o mais trabalhado². Não obstante, este conceito fosse relacionado às ideias de “lugar de sentido”, “lugar de espírito”, “lugar da personalidade”, entre outros.

¹ A seguir, algumas das as concepções de espaço defendidas por Milton Santos serão expostas.

²Na Perspectiva Crítica, o “lugar” também foi um conceito discutido, principalmente por Milton Santos. Porém neste caso, este conceito era entendido como semelhança ao espaço local, não desprovido do “sentimento”, do “vivido”, mas um pouco além disso, como um espaço de disputa contra as “ordens globais”, um espaço de resistência, um horizonte. Para uma leitura completa ver SANTOS (1996); SANTOS (2014).

A respeito dessa concepção de espaço na perspectiva fenomenológica, pode-se encontrar uma síntese em:

O espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e social, um espaço de movimento e um espaço-tempo vivido... (que)... se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário (HOLZER, 1992, p. 440 apud CORRÊA, 1995, p.32).

O conceito de “espaço” para alguns autores, ganha notoriedade quando relacionado à ideia de “tempo”. Élisée Reclus na Geografia foi um importante geógrafo que contribuiu para pensar os dois conceitos em questão, quando afirmou que “(...) *a geografia é a história no espaço e a história é a geografia no tempo* (...)” (CARNEIRO e MATOS, 2012, p.34). Diante diss, pode-se pensar: como conceber espaço e tempo sem tomá-los separadamente?

Em um estudo geo-histórico, portanto que procura abarcar em suas discussões a importância do espacial e temporal, é importante não colocar o espaço apenas como algo a ser descrito ou tê-lo apenas para localizar algum fenômeno. Quando se inicia um trabalho com a promessa de ser “geo-histórico” a Geografia poderia contribuir apenas em descrever a área de estudo, ou tentar conectar as ações humanas ao meio? Citado por CARNEIRO e MATOS (2012), Darby traz alguns apontamentos quando considera:

(...) toda geografia é histórica, “real ou potencial”, visto que o presente geográfico se torna, necessariamente, geografia histórica com o decorrer do tempo, Reafirmamos com isso, não apenas a relação estreita entre tempo e espaço, mas entre as geografias histórica e contemporânea (p.37).

Contudo, noutra exposição, nos adverte ERTHAL (2003):

(...) papel fundamental deve ser dado à chamada Geografia histórica que, inclusive, além de se preocupar em recuperar as espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais, busca metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal (...) (p.30)

Os autores CARNEIRO e MATOS (2012), ainda consideram:

Nos estudos de geografia histórica, o pesquisador precisa estar atento para não produzir simplesmente um estudo de história. Para tanto, é fundamental que ele tenha em mente três críticas. A primeira refere-se à necessidade de se *distinguir a geografia histórica da historiografia*, por meio de uma *ênfase maior no espaço* em relação ao tempo. Isso implica construir uma disciplina essencialmente preocupada com a *organização da esfera geográfica da paisagem* em tempos determinados, e não uma ciência que lida com a *descrição cronológica da evolução de um fenômeno* específico. Em segundo lugar, é necessário ampliar o diálogo sobre a natureza da percepção do tempo e do passado na geografia histórica, sobretudo acerca do objeto

e do assunto de investigação. Isso permitirá a busca e a verificação de regularidades gerais. Em terceiro lugar, a geografia histórica não pode se contentar em apenas descrever e explicar a evolução temporal dos elementos selecionados na paisagem através de um método retrospectivo, mas deve se preocupar com a *compreensão da complexidade e do funcionamento das paisagens passadas*. (KUCERA, 2008 apud CARNEIRO e MATOS, 2012 – grifos nossos).

Com base nos grifos da citação anterior, alguns elementos podem ser trazidos à discussão: é importante num estudo geo-histórico ter em mente a categoria espacial como a principal a ser problematizada. Diante do que vem sendo mostrado, há que se tomar cuidado, para não se cair em definições ou aproximações superficiais, como as presentes em muitos dicionários ou no “senso comum”. Há que se problematizar. A provocação e o questionamento devem estar sempre presentes.

Não raro, ao longo das tentativas de explicação da realidade, até por questões didáticas, são definidos períodos, eras, categorias espaciais (como lugar, território, e outros), mas com base na opinião de (OLIVEIRA, 1982) o movimento, a dinâmica “espaço-tempo” é independente de nossas ideias, algo objetivo e externo a nós. Com isso, é importante ainda considerar que *“Periodizar é um procedimento importante, mas é necessário entender que cada período contém continuidades, permanências do passado que influenciam o futuro”*. (BRAGA, 2010, p. 25). A respeito dessas “continuidades e permanências”, termo complementar a elas seria o da “ruptura”. Em complemento a essas ideias, BRAGA (2014) nos mostra apoiado em Milton Santos, que espaço e tempo só se dialogam, se a sociedade, portanto, o “realizar humano” que se dá sobre a base material espacial e temporal, for considerado.

Ainda em torno das concepções de continuidades e descontinuidades mostradas por OLIVEIRA (1982) Milton Santos, traz semelhante concepção ao considerar que *“(...) o espaço é uma acumulação desigual de tempos”* (SANTOS, 1978, P.256).

Além disso, (SANTOS, 1994) considera que podemos conceber o tempo em pelo menos dois eixos: um é o das sucessões e o outro das coexistências. Quanto o primeiro ele diz:

O tempo flui e por conseguinte um fenômeno vem depois do outro fenômeno. Assim, há uma sucessão de fenômenos ao longo do tempo. As coisas se dão em uma sequência (...) uma espécie de ordem temporal. (SANTOS, 1994, p.163)

Quanto ao segundo, o tempo das “coexistências” ou da simultaneidade, o autor defende que num determinado lugar, por exemplo, cada ação de diversos agentes, possui um

tempo, uma maneira diferente de utilizá-lo. Variam, são temporalidades diversas, porém são concomitantes, “coexistem”. Não há um “uso” homogêneo do tempo. A própria coexistência condiz com um objetivo geral, único dos sujeitos, que é a vida social. Mas esta vida social se manifesta em temporalidades diferentes, cada ação se dá no seu tempo, com objetivos particulares. (SANTOS, 1994). Portanto, nessa perspectiva, em determinado lugar, nele coexistem maneiras diferentes de se agir ou fazer determinada coisa. Uma maneira didática quanto a isso em pensar as “simultaneidades” de tempos é a própria dinâmica mundial. Cada país possui uma dinâmica temporal própria condizente com sua história. Ao mesmo tempo em que no espaço mundial há países que estão vivendo determinado estágio tecnológico, por exemplo, outros podem estar mais atrasados ou mais avançados. Num determinado espaço, temporalidades diferentes.

Milton Santos se debruçou sobre várias questões dentro da Geografia e assim trouxe significativa contribuição para pensar o “objeto” de estudo dessa ciência. Como um dos mais expoentes da chamada “Geografia Crítica”, suas obras podem ser de vital importância para compreendermos esse diálogo entre espaço e tempo. Em sua obra “Por uma Geografia Nova”, SANTOS (1978), defende que o espaço poderia ser definido por “um conjunto indissociável de fixos e fluxos.” Os fixos podem ser entendidos como elementos fixados no espaço e os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, o que nessa perspectiva permite pensar em um diálogo entre os dois termos, o segundo imprimindo ao primeiro condições de significado ou valor, sendo os dois interligados em sistema.

Adverte o autor que essa primeira aproximação de definição de espaço para ele é insuficiente. Em outras obras, ele considera que espaço geográfico poderia ser entendido pela “*soma da configuração territorial mais as relações sociais*”. Porém, em obra posterior, intitulada “A natureza do espaço”, Santos expõe suas principais ideias a respeito do objeto geográfico quanto sobre a própria ciência Geográfica. Para ele, cabe à Geografia estudar o espaço como: “*o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações*” (SANTOS, 2014, p.63). E mais a frente é complementado que esse conjunto é indissociável, solidário e contraditório e que tais sistemas não podem ser tomados separadamente, mas ambos são a premissa por onde a história se dá.

E acrescenta:

Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. (...) Sistemas de objetos e sistemas de ações s interagem.

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, os sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2014, p. 63).

Além dessas considerações, vale complementar que os objetos podem significar tudo o que existe na superfície da Terra, numa extensão contínua, uma objetividade que também compreende heranças da história natural, como também resultados da ação humana que se objetivaram ao longo do tempo (as chamadas rugosidades).. Há que se destacar que os objetos estão em sistema, em combinação uns com outros, em torno de uma funcionalidade e não uma mera “coleção” ou distribuição sem interligações entre os mesmos.

Para Milton Santos entender as ações é no mínimo concebê-las como um processo, dotado de propósitos pelo ser humano, com a intenção de mudar alguma coisa, transformar, e que também engloba a noção de trabalho, ideia advinda de concepções marxistas. Ações além de estarem em torno do trabalho, na opinião deste autor há que serem pensadas com base em três tipos, onde há o agir técnico o formal e o simbólico.

O agir técnico leva a interações formalmente requeridas pela técnica. O agir formal supõe obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos. E existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e representação (...) Em ambos os casos, dão-se as formas de ação chamadas “racionais”, enquanto o agir simbólico se confunde com as formas culturais de apropriação e utilização da técnica. (SANTOS, 2014, p. 82).

Conceber o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações requer pensá-los na opinião de Milton Santos em diálogo, daí concluir que é um conjunto de sistemas. Um tem significação com o outro. Porém, além de ter em mente esses pressupostos, na teoria deste geógrafo, há mais algumas questões fundamentais para entender o espaço geográfico. O espaço sendo entendido com um conjunto de sistemas de ações e sistemas de objetos, pode ser entendido também como *forma, função, estrutura e processo*.

De acordo com Santos, *forma* se refere ao visível, ao exterior de um objeto, que há que ser considerado num arranjo, portanto em sistema, tomando assim o cuidado de não tomar os objetos por eles mesmos, mas pensá-los de modo relativo, daí surge a concepção de *função*, que implica naquilo que os objetos podem desempenhar em conjunto no espaço, podendo ser entendido com quais atividades está relacionado. Por exemplo, tomar uma casa a princípio é considerar um objeto, mas a partir disso deve-se considerar suas funções para um entendimento dele na sociedade.

Conforme aponta CORRÊA (1995), além de inserir ao estudo do espaço os termos *forma e função*, é necessário ir além, inserindo estes termos na estrutura social. Para este autor: *“A estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo: são a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas”* (CORRÊA, 1995, p.29). Já o termo processo, se relaciona com as concepções de tempo mostradas anteriormente, ao envolver mudança, continuidade e sucessão.

Processo (...) é definido como uma ação que se realiza, via de regra, do modo contínuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica e resultam das contradições internas das mesmas. Em outras palavras, processo é uma estrutura em seu movimento de transformação (CORRÊA, 1995, p.29)

Ao longo do trabalho, outro conceito que subsidiou as discussões além de “espaço” e “tempo”, foi “território”.

1.2 - Território

Este conceito, confundido muitas vezes com espaço, recebe em muitos casos, diversos significados, sendo com isso polissêmico. Diante de um estudo bibliográfico, optou-se neste trabalho por discutir principalmente as abordagens de dois autores dentro da Geografia, Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza. Contudo, além desses, em algumas passagens ao longo do texto, referências a outras autorias foram feitas.

1.2.1 – Abordagem de Rogério Haesbaert:

Para discutir o termo “desterritorialização”, o autor, no início de sua obra “O mito da Desterritorialização – Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade”, (HAESBAERT, 2016), começa com uma provocação ao questionar de que território estamos falando? Para se referir a este fenômeno, segundo ele, uma certa concepção de território estaria se adotando, para muitos por exemplo, esse fenômeno estaria ocorrendo num âmbito político, onde as fronteiras do Estado Nacional estariam se fragilizando frente à uma ordem econômica mundial, a globalização, com empresas “ameaçando” o poder, ou a soberania dos Estados frente a seus territórios, ditando “regras” econômicas entre outros aspectos. Em outros contextos o fenômeno de desterritorialização. Foi considerado comum na história da humanidade, onde grupos se sobrepõem a outros, com fins diversos em busca de recursos, por exemplo, tribos sobre tribos, onde uma estaria “desterritorializando” a outra.

Ao se considerar a obra de Rogério Haesbaert, um debate se abre, de como podemos abordar tal conceito. Assim questionamentos surgem: há um conceito “puro” de território? Qual sua importância dentro de uma discussão geográfica? Como o mesmo poderia ser utilizado para explicar as bases da formação do Centro Oeste Mineiro? Conforme o andamento do texto, tais provocações tentarão ser respondidas.

Haesbaert constrói sua abordagem com base em três tópicos, onde há: 1) território entendido numa lógica materialista; 2) território numa lógica idealista; e 3) território numa perspectiva integradora. Na perspectiva materialista, o autor a divide em três abordagens: concepção naturalista, econômica e jurídico/política.

Para alguns, segundo o autor, território pode ser entendido no sentido ontológico, visto como algo palpável, material, ou ser concebido apenas no campo epistemológico, sendo considerado como um recurso analítico, ou uma categoria de análise das Ciências. Na perspectiva naturalista, território especialmente dentro da Biologia e Etologia, é visto como uma área geográfica, e que gira em torno das necessidades vitais das espécies (como proteção e reprodução). Haesbaert cita algumas contribuições de Henry Eliot Howard, onde o território apenas pode ser entendido como algo demarcável, dentro de algumas fronteiras ou limites. Além disso, o território quando levado à perspectiva humana pode ser pensado como uma área de disputa, onde o ser humano teria, uma pulsão interna, uma herança genética animal, pulsão essa em torno do “querer conquistar”, usar da violência (HAESBAERT, 2016).

Ainda nessa perspectiva, quando levada à problemática animal, o fator “tempo” também é importante juntamente com espaço para pensar o território, por exemplo, a disputa ou uso territorial sobre o espaço pode se dar em diferentes horários para cada espécie. Além disso, algumas questões de demarcação territorial podem ser difíceis, uma vez que no mundo animal, os limites, ou fronteiras entre as espécies não são claros, onde em muitos casos, os territórios são percebidos entre os seres através de sinais, como urina, cheiros diversos entre outros.

Nessa lógica do naturalismo, o território pode ser entendido como fonte de recursos alimentares, para fins de reprodução; proteção de proles, “famílias”, alcateias, entre outros. Porém uma provocação, inclusive feita por Haesbaert em seu texto, poderia levar a pensar até

que ponto poderíamos estabelecer correspondência entre o mundo animal e humano? Quais as correspondências entre territorialidades humanas e animal? Tal discussão não poderia ser abandonada, mas tomada com cuidado. Em tempos atuais, com avanços dentro da biogenética, se discute as influências que os genes podem ter em nossas vidas, o que incita provocações, debates a serem feitos entre as ciências, especialmente as humanas, onde talvez, em grande parte dos trabalhos. Há uma ênfase em abordagens puramente humanas, quiçá até antropocêntricas em excesso. Tais questões são muito caras à Geografia, onde é constante percebermos uma delimitação entre Geografia Humana e Física; Paisagens naturais e Culturais. Portanto, partir da concepção naturalista, como proposto para Haesbaert, nos traz algumas visões que não podem ser desprezadas, entretanto, como se discutiu anteriormente, tal concepção (naturalistas), oferece limites e possibilidades.

Ainda dentro da perspectiva materialista, Haesbaert nos traz uma abordagem econômica de território. Para ele, uma concepção de base econômica veria o território como fonte de recursos, onde ocorrem processos de controle e usufruto, que se manifestam através do acesso, controle e uso (HAESBAERT, 2016). Nesta concepção, algumas semelhanças podem ser encontradas quando comparadas à concepção naturalista, onde se pensa a questão da sobrevivência e reprodução dos seres vivos, porém neste caso, no contexto do ser humano.

Por outro lado, na perspectiva econômica, dentro da Geografia, uma importante contribuição para pensar o território está nos trabalhos de Milton Santos, quando este concebe o território como “*território usado*”, sinônimo do próprio conceito de “*espaço geográfico*”. Diante disso pode-se pensar território à luz de duas abordagens: entendê-lo sob a lógica de atores hegemônicos, os quais têm interesse nele como recurso, e sob outra lógica, na dos “hegemonizados”, o território é tido como abrigo, sobrevivência, especialmente quando pensado numa lógica do “local” ou do lugar. Ainda para este autor, é importante tomar cuidado em discutir o conceito de território sem contextualizar a questão do uso, e concebê-lo apenas como “conceito puro”. Como ele diz:

“Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social.” (SANTOS, 1994, p.15)

Esta concepção econômica de território, com base nos trabalhos de Milton Santos, por exemplo, se pauta por discutir questões “mais contemporâneas”, a respeito do capitalismo, da dinâmica das grandes empresas multinacionais, problematizando-as em meio a temáticas que

apontam o papel do Estado hoje, seus limites diante de novos atores econômicos (como as empresas, bancos entre outros).

Além dessa abordagem econômica, e talvez até teoricamente anterior a ela, uma concepção mais política de território já se fazia, especialmente no final do século XIX, diante da questão da formação dos estados imperialistas. Haesbaert traz em sua obra também essa concepção política. Essa abordagem conforme este autor vem ganhado notoriedade exclusivamente na Geografia Política, enquanto em outras perspectivas da Geografia, como a Regional (de cunho Neopositivista) a ênfase se deu com os termos “espaço” e redes, e na Geografia Fenomenológica, prestigiou-se o conceito de lugar.

Na Geografia Política o termo território tem significado como um dos fundamentos do Estado Nacional. Esta ideia já se esboçava através de trabalhos de Ratzel, onde se concebia o território como um espaço humano, sendo delimitado, delineado por um domínio ou poder político. O território era visto como a solidez, a necessidade primeira dos povos que se organizavam em torno dessa instituição, o Estado. Nesse contexto, à lógica da formação do Estado Nacional Alemão, ideias como apropriação e dominação eram comum nas teorias sobre território. Além disso, essa dimensão política de Ratzel, “bebeu” de algumas ideias na própria Biologia. O Estado era uma forma de propagação de vida na terra; a vitalidade estava no solo, daí o termo “espaço vital” estar no cerne dessa concepção de território (HAESBAERT, 2016).

Como apontado nas duas primeiras concepções de território (naturalista e econômica), a jurídico-político apresenta relações com elas, por exemplo, ao conceber o território como recurso, como algo a se usar, se apropriar. Para Haesbaert, as três concepções trabalhadas anteriormente se enquadram num conjunto maior de interpretação de território, a materialista. Além desta, este autor traz outra interpretação deste conceito, agora numa perspectiva idealista. Como o próprio termo sugere, as concepções de território aqui expressas não associam este conceito às ideias de uso, acesso e controle de recursos.

Alguns trabalhos dentro da Antropologia têm colocado tal conceito em discussão para se contextualizar diversos estudos no âmbito de pesquisas sobre indígenas, tribos africanas, entre outros³. Haesbaert mostra que na década de 1980, o antropólogo Edward Hall, traz uma

³Não só antropólogos trataram deste conceito, onde dentro da própria Geografia, pode se identificar as contribuições de Bonnemaïson e Cambrèzy (HAESBAERT, 2016 apud. BONNEMAISON E CAMBRÉZY, 1996) que criticavam a concepção de território como somente limites do Estado, uma crítica aos territórios

interpretação de território associada a “códigos culturais”, onde os grupos diversos, possuem certos códigos de identificação com alguma área, códigos estes ligados à questões de crenças, tradições, entre outros. Além de Hall, José Luís Garcia traz outra contraposição às ideias de território como materialista, onde ele defende este conceito com base num caráter subjetivo, algo concebível entre meio físico e o homem, território semantizado, dotado de subjetividade, de significados. Conceber esse conceito numa perspectiva idealista visa entendê-lo numa dimensão dos valores; o espaço está investido de valores, não só materiais, mas tantos outros.⁴(HAESBAERT, 2016).

Por fim, Haesbaert após explicar sobre cada uma dessas abordagens aqui tratadas, deixa algumas reflexões para pensar o território numa perspectiva integradora. Segundo ele, para pensar este conceito não seria interessante considerar apenas questões naturais, nem unicamente políticas, culturais ou econômicas separadamente. Pensar este conceito de forma integrada é tentar englobar todas essas perspectivas. Para o autor, uma visão integrada do espaço social, portanto do território, hoje é pouco comum. Mas, diante disso, é evidente tentar conceber território como um híbrido – entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, considerando assim materialidade e “idealidade”, numa imbricação, que é complexa, entre tempo-espaço.

Ilustrando essa visão:

“O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido (...) É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo.” (HAESBAERT, 2016,p.78).

Para finalizar sua abordagem, em outra passagem o autor deixa algumas ideias necessárias para entender tal conceito:

“Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da

polígonos. Conceber território é iralém das ideias de fronteiras bem demarcadas, onde se devem elencar outras questões como “geosímbolos”, identidades, entre outros.

⁴Como será discutido mais a frente neste trabalho a questão quilombola no Centro Oeste Mineiro, tratar do tema “valores simbólicos”, valores de identidade, são expressões chave num contexto atual, onde vários grupos quilombolas, ou comunidades, tentam fazer frente à diversas forças “esmagadoras”, no intuito para se legitimarem como um povo, com uma cultura e um território reconhecido, respeitado, daí tratar também deste conceito num âmbito idealista é repensar outras abordagens do mesmo, para que como visto, não o considere como “um mero espaço para se apropriar de recursos”.

imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. (HAESBAERT, 2013, p.79)

1.2.2 – Abordagem de Marcelo Lopes de Souza

Uma distinção a princípio poderia ser feita entre os autores Haesbaert e Souza quanto às suas perspectivas. Enquanto o primeiro nos mostra uma variedade de interpretações do conceito de território, o segundo já nos proporciona uma visão mais específica desse conceito, e para ele território a princípio poderia ser “(...) um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2013, p.78).

Ainda em sua obra, ele nos traz uma reflexão complementar sobre o poder considerando, que ao pensar o território, é necessário ver “(...) quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 2013, p.87). Todo poder, conquanto, todas as relações de poder, necessariamente se exercem em relação ao território, ou por meio dele. Mesmo considerando grandes distâncias, como por exemplo, através de tecnologias diversas, o objetivo jamais é um grupo social “flutuando no ar”, mas sempre conectado ao espaço (SOUZA, 2013).

São muitas as motivações ou objetivos de grupos para “territorializar” determinado espaço, o que muitas vezes associa-se ao substrato material de determinados locais, portanto em torno de uma materialidade, mas também motivações ligadas à questões imateriais, como significados culturais, simbólicos. Os objetivos podem ser desde recursos naturais, porções estratégico-militares, entre outros. Mas Souza nos adverte que:

“Mais uma vez: o que “define” território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o “perfil” do conceito é a *dimensão política*. (SOUZA, 2013, p. 88) – grifos do autor.

A abordagem deste autor tem algumas pretensões ao conceber território. Uma delas é considerá-lo não como sinônimo de espaço geográfico, ou mesmo como substrato material, como muitas vezes no senso-comum, ou até em meios acadêmicos. Comumente este conceito é atribuído à extensão de terras de determinado Estado, inclusive se confundindo com recursos naturais, rios, florestas, entre outros. Portanto para ele, o conceito entendido dessa forma, leva a “coisificar” o território. (SOUZA, 2013).

Porém, como é acrescentado em outras passagens, a dimensão material há que ser considerada no entendimento desse conceito, mas não levada à algo exclusivo dele, que basta por si só à explicá-lo, como se pode perceber nessa citação:

“(…) se o exercício de poder tem a ver com desafios e situações que remetem ao substrato espacial e às suas formas, aos objetos geográficos visíveis e tangíveis- , é evidente que a materialidade jamais poderia ser desimportante. O fato de se admitir que o território, na qualidade de uma *projeção espacial de relações de poder*, não deve ser confundido com o substrato não quer dizer, de jeito nenhum, que seja possível compreender e, mais ainda, investigar territórios concretos (sua origem e as causas de suas transformações ao longo do tempo) sem que o substrato espacial material do espaço social seja devidamente considerado” (SOUZA, 2013, .95).

Ainda como complementa o autor, os territórios são “*antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos*” (SOUZA, 2013 apud SOUZA, 1995, 87), mas também território são “*relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (SOUZA, 2013, p.96 apud SOUZA, 1995, p.97). É importante além disso, pensar o território análogo a um “campo de força”⁵.

Assim como o autor defende em outra passagem:

“A comparação de um território com um “campo de força” aparece, então, como uma analogia bastante razoável: ao mesmo tempo em que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou, em outras palavras, a uma das formas de qualificá-lo), ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor, uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo diretamente material” (SOUZA, 2013, p.97 – 98)

Além das ideias mostradas anteriormente, território também pode e deve ser pensado à luz do conceito de tempo ou duração. Em alguns casos (SOUZA, 2013) defende a ideia de territórios cíclicos como um território que pode ter durabilidade de horas, ou ser pensado numa longa duração, como fronteiras de Estados.

Quanto à visão deste autor, a citação a seguir traz alguns elementos norteadores e sintetizadores para pensar o conceito de território.

“O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: *quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?* Este *Leitmotiv* traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é

⁵“Diversamente do substrato, os territórios não são matéria tangível, palpável, mas sim “campos de força” (...) que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas. O verdadeiro *Leitmotiv* do conceito de território é político, e não econômico ou, como ocorre com o conceito de lugar, cultural-simbólico”. (SOUZA, 1995, p. 89 – grifos do autor).

essencialmente um instrumento de exercício de poder: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?* (p. 78-79)

Algo a se deixar claro é que a discussão desse conceito não se esgota por aqui, pois tantas outras opiniões, abordagens de outros pesquisadores poderiam colocadas para reflexão. Mas por que a escolha desses dois autores (Haesbaert e Souza)? Ambos vão se encontro ao que será abordado mais à frente neste trabalho, aos objetivos desta pesquisa. O primeiro autor nos mostra a variedade de abordagens para se pensar o território, com isso evita-se abordá-lo de forma simples ou limitada. E quanto a Marcelo Souza, o território não necessariamente é algo material, mas só existe em torno das relações sociais, especialmente das relações de poder.

O território, ao se dialogar com o conceito de espaço/tempo, também pode ser pensado como *resultado* de relações de poder que se manifestam em determinado local; mas pode ser pensado também como processo, o que cabe a refletir que ele “não é”, mas está “sendo”, está relacionado a uma condição de por temporária, a algo dinâmico. Os territórios, portanto podem se transformar ao longo do tempo; se modificam de acordo com as dinâmicas sociais.

A passagem a seguir foi norteadora juntamente com as proposições de territórios comentadas anteriormente, para subsidiar a ideia “territorialidades” que foram importantes tanto nos primórdios da formação da Capitania de Minas Gerais, quanto aquelas que foram importantes na constituição das bases da formação do “Centro” Oeste Mineiro.

Como salienta SAQUET sobre a ideia de “tempo” e “processos” (2006):

(...) movimento histórico e relacional a um só tempo, com continuidades (permanências) e descontinuidades (rupturas, mudanças). O tempo significa, nesta compreensão, um movimento contínuo. O tempo presente, passado e futuro indicam *processualidade* e, também, *simultaneidade*, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidades, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que contêm traços/características dos velhos territórios e territorialidades (SAQUET, 2006, p.82)

Neste trabalho, procurou-se entender a formação da região do Centro Oeste Mineira calcada na concepção de território. No início de sua formação, no início da “idade do ouro” em Minas Gerais, a região era composta por outros territórios. *A priori* os indígenas, logo, com ação de expedições bandeirantes muitas tribos foram exterminadas. Além disso, a região

também foi local de refúgio para as fugas escravistas, um território que com isso foi se formando; uma territorialidade quilombola que se manifestava naqueles espaços, e que foi representada por um conjunto de vários quilombos que ao longo do tempo formaram uma vasta área, uma “Confederação”, que foi denominada de “Campo Grande” (AMANTINO, 2008) e MARTINS (1995).

Com base nas ideias expressas anteriormente, os territórios foram formados por relações sociais, como os quilombos, a partir de uma relação entre sistema escravista e resistência negra. Outra consideração a se fazer, como será discutido mais à frente em torno do conceito de “Sertão”, é que estes “espaços para oeste” das Minas, locais incultos, foram um exemplo de limite dos territórios ligados à Coroa portuguesa. O oeste no início do século XVIII ainda “não era território colonial”, ou seja, não estava sob o poder da Coroa portuguesa, mas aquém. No “oeste” para além a “sociedade mineradora” havia outros territórios, dos índios, das feras, dos negros, como propôs AMANTINO (2008).

Diante da constituição de territorialidades urbanas e rurais, a Capitania de Minas Gerais apresentou os dois tipos. As urbanas constituíam-se com base no aparato administrativo, legislativo e jurídico que foi implantado na região das Minas, em meios urbanos. De acordo com MORAES (2007), em Minas, foi formada uma rede de cidades complexa até então não vista na colônia portuguesa. Esta rede exercia uma territorialidade importante, com a articulação da área central com sua “hinterlândia”.

Ao longo do século XVIII, a medida que a economia mineradora tornava-se mais complexa, essa territorialidade exercida na região, teria de acompanhar as mudanças que ocorriam para que o projeto colonizador se mantivesse. Desta forma, à medida que a população na região crescia, era necessário iniciar o povoamento de novos lugares com intuito de criar condições para produções agropecuárias para atender as demandas internas. Paralelamente, ao longo dos Setecentos, o alargamento das fronteiras era também uma forma de encontrar mais riquezas minerais, mas também poder melhor controle o território, frente às capitanias vizinhas.

Nos meios rurais, outras territorialidades tiveram papel importante nos rumos da formação espacial mineira. Havia dentre elas, algumas que foram mais duráveis, como as exercidas pelos potentados, através da aquisição de terras e sesmarias, e que fincaram raízes em determinados pontos do território, constituindo territórios “legais”, como fazendas. Outro tipo de territorialidade, porém menos duráveis, e em áreas sertanejas foram as indígenas, que

logo se encontraram em declínio, restando poucas aldeias. Além destas, também de curta duração, porém com um protagonismo maior ao longo do século XVIII, haviam as quilombolas. Através das perseguições e desmantelamentos destas territorialidades, as pessoas que povoavam terras recém conquistadas, iam aos poucos tendo melhores condições para estruturar suas propriedades

A seguir, na parte 2 deste trabalho, uma discussão foi feita sobre os fatores primordiais na consolidação da territorialidade da Coroa sobre Minas no século XVIII. E na parte 3, como que a partir da necessidade de se povoar terras a oeste, alguns fatores de ordens locais interferiram no ritmo e nas formas de ocupação de uma região que antes, sob a condição de um vasto sertão, pouco a pouco vai sendo transformado. Como resultado desse processo, uma série de povoados pôde ser formada desde localidades próximas do centro minerador, até para além do rio São Francisco. Este conjunto de localidades juntamente com a presença de caminhos na região, e assentamento das primeiras sesmarias, foram fatores bases que contribuíram para formação da região hoje conhecida como Centro Oeste Mineira.

Parte 2

Primórdios da formação territorial de Minas Gerais

Uma vez discutidas as concepções em torno do conceito de território, a seguir procurou-se mostrar a formação da capitania de Minas Gerais em seus primórdios. Parte-se da premissa que o território desta capitania não foi conquistado ou formado em pouco tempo⁶. Esta formação pode ser pensada em diversas perspectivas, desse modo, há interpretações que defendem alguns fatores calcados em guerras, conflitos, como “a caça do índio” (abordagens às vezes baseadas em mitos heroicos, como por exemplo, a importância dos bandeirantes), perspectiva esta ultrapassada diante de vários avanços em estudos Históricos/Geográficos.

Além de propostas “mitológicas”, há outras que perpassam pelo entendimento da importância da religiosidade na edificação de cruzeiros e igrejas, pressupostos na construção de núcleos povoadores⁷. Há destaque também para abordagens que discutem o papel dos caminhos e “descaminhos” na estruturação do território, com ênfase na importância das rotas comerciais, trilhas de fuga e contrabando, entre outros.⁸ Outras perspectivas também visam discutir as questões administrativas, relacionadas às iniciativas do poder real português nas terras, permeando uma discussão sobre a importância da criação de vilas, comarcas, entre outros.⁹

Não raro, várias perspectivas privilegiam apenas alguns fatores para elaborarem uma explicação da formação territorial mineira. Porém, vale advertir que nem sempre contribuições Históricas/Geográficas que trazem às vezes a conotação “territorial” em cena, de fato pensam o conceito de “território” em suas propostas. Destarte, concebem o território como mero espaço a ser ocupado, às vezes admitindo por detrás um espaço neutro, “natural”, talvez “passivo” diante das tentativas de ocupações humanas, como uma situação de domínio da natureza sem resistências do meio, ou conflitos com povos autóctones.

⁶ Além de considerar o termo “conquistar”, este trabalho baseia-se na prerrogativa de que a formação territorial de Minas Gerais se deu a longo prazo; tal formação não se baseou necessariamente apenas com base na “conquista”. Quando se pensa a ideia de “formação”, há que se considerar uma gama de fatores responsáveis pela consolidação territorial. Talvez seria adequado além de “conquistar”, pensar a ideia de “construção” do território. Quando também se considera a premissa de “longo prazo”, há que se pensar que a formação mineira não terminou no século XVIII; várias questões territoriais ainda entrariam em cena nos séculos seguintes, que embora sejam de extrema importância, não se discutirá tais questões nesta pesquisa. Ver PAULA (2005).

⁷ Neste caso, verificar, por exemplo, (DEFFONTAINES, 1938), onde o autor destaca que na formação urbana de Minas Gerais, a Igreja Católica teve expressivo papel.

⁸ Ver trabalhos de STRAFORINI (2012)

⁹ FONSECA (2012)

Nos dizeres de CARNEIRO (2017), sobre a realidade colonial brasileira, uma abordagem histórico-geográfica ESTÁ ainda por construir. Em vários trabalhos, em certos momentos privilegia-se aspectos ora econômicos, ora políticos, ou até culturais. No entanto, a discussão *geográfica* não é feita, e principalmente quanto à importância territorial¹⁰. Quando se põe a importância da Geografia, o raciocínio para muitos, concebe “o meio natural” apenas.

Diante disso, como conceber uma explicação que agregue os fatores econômicos, sociais, culturais e principalmente espaciais? Eis um desafio para as ciências e especialmente para a Geografia, embora já se verifique alguns avanços, que coloquem a perspectiva espacial nas análises em geral.¹¹

Contudo, a seguir, propõe-se uma contextualização da formação territorial mineira em seus primórdios, tendo por base as formulações conceituais abordadas até então de pensar o espaço não como mero “meio físico”, ou natural; não pensar o território apenas como algo apropriado. A premissa de pensar o território sob a luz da ideia de relações de poder se faz necessária, o território como “campo de forças” (SOUZA, 2013), o território como produto, mas também como processo; um contínuo que se constitui tempo/espacialmente. Com isso, destacou-se a seguir a importância dos conflitos que ocorreram ao longo do tempo, além das estratégias do poder metropolitano em pensar uma “política territorial”, que lidasse com conflitos, fronteiras, e organização da máquina administrativa em geral, especialmente em torno da fiscalização, da elevação de núcleos urbanos e caminhos que ligavam Minas a outras porções da colônia

2. 1 - Desbravamento e início da formação territorial

Em torno das economias europeias, havia uma preocupação mais acentuada pela busca do ouro desde o século XIV, com maior rigor que em relação a séculos anteriores, devido nessa época a circulação monetária estar afetada por diversos fatores, como por exemplo, o esgotamento de minas europeias, e a quantidade de ouro disponível em moedas, que se escoou para outras regiões continentais, como o Oriente Médio.¹² Além disso, há que se considerar que a Europa estava se recuperando de uma crise provocada pela Peste Negra. Outros fatores também contribuíram para essa busca incessante de metais preciosos, no entanto não é foco de abordagem deste trabalho.

¹⁰ Ver CARNEIRO (2013)

¹¹ Ver CARNEIRO (2013); MATOS (2011); STRAFORINI (2012); além das obras de Maurício Abreu e Antônio Carlos Robert Moraes, entre outros

¹² Ver FAUSTO (2015); SOUZA (2000); LINHARES e SILVA (2016); MORAES, 2011 ;

Com a consolidação do Estado português em torno da dinastia de Avis, uma série de preocupações estavam presentes, especialmente por parte da coroa, onde se buscava fortalecer tanto do ponto de vista econômico, político e militarmente. Na Espanha houve também tais preocupações, porém vieram mais tarde em razão deste Estado se consolidar mais tardiamente, com a união dos reinos de Leão e Castela.

Acompanhando o ideal do Estado, naquela época, toda a dinâmica econômica, militar, territorial, entre outros aspectos, girava em torno do Mercantilismo, caracterizada também pelo *metalismo*, ou seja, um acúmulo de metais preciosos (ouro, prata), que poderiam ser adquiridos através de buscas, explorações, lucros comerciais, entre outros. A partir de 1415, com a conquista de Celta, no norte da África, como é defendido por alguns autores,. Controlar essa cidade era ter acesso às diversas riquezas que na região circulavam, das rotas que entroncavam ali, tanto por terra, quanto por mar. Após essa conquista, Portugal ao longo da costa noroeste africana, vai aos poucos controlando outros entrepostos. Nas proximidades de Gana, Portugal obteve relativo sucesso na obtenção de ouro.

Para muitos pesquisadores, há diversos motivos que justificam o pioneirismo português em sua expansão marítima. Alguns salientam a posição geográfica desta nação, como a mais “ocidental” de todas europeias, sendo a nação mais afeita a explorações por mar; com isso, também era uma nação com uma prática de pesca consolidada já algum tempo, tendo muitos pescadores diversos conhecimentos navais para sustentar talvez um projeto maior de se lançar ao mar. Por outro lado, também defende-se que Portugal, de todos países europeus, foi o primeiro a romper com suas relações feudais, possuindo um Estado centralizador prematuro.¹³

A condição de centralidade estatal foi primordial para direcionar recursos para uma atividade mais lucrativa. No início de 1400, não se figurava na mente europeia, a conquista das famosas especiarias do Oriente. Neste contexto, a costa africana era famosa por riquezas, comércio, entre outros. Muitos se questionam diante disso, se a conquista de Constantinopla pelos Turcos, décadas mais tarde teria sido fator para Portugal procurar outra rota pela busca de especiarias. Contudo, tal preocupação viera somente no último quartel do século XV, onde a tentativa de obtenção de riquezas de Portugal em algumas ilhas do Atlântico e em algumas porções africanas fracassou, além de que no comércio mediterrâneo, algumas cidades em

¹³ Ver SOUZA (2000)

porções hoje da Itália, estarem ganhando vultosos lucros com a venda de produtos orientais, inclusive especiarias.¹⁴

Diante de um grande contexto histórico do empreendedorismo português, com diversas viagens pela costa Africana em torno de 1490, uma rota para o Oriente por vias marítimas foi traçado. No entanto, Portugal conseguindo chegar às riquezas das índias, não pode usufruir de tal recurso por muitas décadas, pois outras nações disputariam o jogo comercial da expansão marítima. Além de que muitas viagens marítimas, não raro, eram vítimas de naufrágios terríveis, comprometendo vários investimentos portugueses. No início do século XVI, a nação lusa deparava-se com dificuldades financeiras. O olhar volta-se então para terras americanas.¹⁵

Após 1500, Portugal inicia sua colonização no Brasil com propósitos de obter lucros, ou encontrar atividades rentáveis que o possibilitasse se manter como Estado, já que a “Carreira das Índias” não estava tão lucrativa como décadas antes, pela disputa da hegemonia marítima, especialmente França, Inglaterra e Holanda. A colonização em terras brasileiras tinha como propósito também, proteger a recém terra “descoberta”, diante das tentativas de invasões de alguns povos, como os franceses. Desde então vigorava em várias mentes, a ideia de encontrar riquezas minerais na colônia.¹⁶

Em torno de 1520, a Espanha já extraía quantidades significativas de prata de suas colônias, especialmente em áreas montanhosas andinas. Na colônia lusa, inúmeras expedições foram feitas no interior do continente, em busca dos ditos metais, no entanto, sem sucesso. Somente no século XVII houve as primeiras descobertas, porém de pequenas quantidades de ouro em terras hoje pertencentes ao estado de São Paulo.¹⁷ Como demonstra Warren Dean, houve marcas da atividade aurífera em alguns locais do planalto paulista, por exemplo, em localidade a sudoeste da cidade de São Paulo, “(...) nas colinas que a circundavam e na costa entre Iguape e a baía de Paranaguá” (DEAN, 1997, p.109). Ricardo SOUZA (2009) demonstra que por volta de 1663, o capitão Mathias de Mendonça partiu de São Paulo rumo à região da futura Capitania de Minas Gerais. Segundo o autor, neste contexto são evidentes duas questões: Minas já se figurava na mente de alguns paulistas como um possível local onde poderia haver riquezas minerais; por outro lado, ir aos sertões nessas regiões, fomentava

¹⁴ Conferir LINHARES e SILVA (2016)

¹⁵ Conferir FAUSTO (2015)

¹⁶ Conferir FIGUEIREDO (2011)

¹⁷ Verificar FIGUEIREDO (2011)

não uma busca por ouro, ou pedras preciosas em si, mas a certeza de captura de nativos. O ouro e a prata eram um sonho, mas os indígenas já eram uma realidade.

As “bandeiras” desempenharam fundamental papel no adentramento dos sertões. Até certo momento, há que se destacar a importância de algumas expedições baianas que adentraram o território mineiro por algumas frentes. As mais “famosas” aproveitaram os vales fluviais, especialmente dos rios São Francisco, porções no norte de Minas, e a nordeste, pelo rio Jequitinhonha. No entanto, tais bandeiras tiveram pouco êxito em descobertas auríferas, tendo tido diversos problemas em conflitos com nativos, quando várias dessas incursões foram dizimadas.

As primeiras descobertas auríferas estiveram a cargo dos paulistas, estes com características um tanto diferente de baianos. A começar pela vida sertaneja que já vinham praticando desde o início da fundação da capitania de São Vicente. O sertanismo, era como um modo de vida de várias populações que habitavam o planalto paulista, que de geração em geração, práticas, táticas, conhecimentos, iam sendo transmitidos às gerações futuras. Este modo de vida tinha um caráter econômico, que visava a apreensão de índios para serem escravizados, ora para servirem em lavouras em fazendas paulistas, ora para serem vendidos às porções coloniais setentrionais, como Bahia e Pernambuco, principalmente.

Além da concepção econômica em torno do “bandeirismo paulista”, havia um caráter cultural, referente principalmente aos aspectos da miscigenação, mas também às formas como os paulistas interagiram com o modo de vida indígena, aspectos destacados por RIBEIRO (2005), com uma expressão que ilustra bem esse contato, a de “reciprocidade aprendida”.¹⁸

No transcorrer do século XVII, a apreensão indígena já não desempenhava importante papel como no século anterior (diante do restabelecimento do tráfico escravista)¹⁹. E, de acordo com anseios da coroa portuguesa, no intuito de buscar por metais preciosos. Assim, populações sertanistas paulistas eram constantemente incentivadas pela coroa portuguesa a buscar metais preciosos, já que possuíam habilidades de adentrar nos sertões. Depositava-se nesses povos esperanças, com intuito da descoberta de tais metais, pois a reestruturação da coroa após o rompimento da “União Ibérica”, colocava a nação lusa numa condição de carência e

¹⁸ Ver RIBEIRO (2005, p.159) – No tocante a ideia de “reciprocidade aprendida”.

¹⁹ Tal restabelecimento está relacionado com a derrota dos Holandeses no Brasil, e a retomada por Portugal, de algumas de suas colônias na África. Ainda como salienta (SOUZA, 2009, p. 4): “(...) com a diminuição da disponibilidade de mão-de-obra capturável que tendia, já, ao esgotamento e com o incremento do tráfico africano, o que levou os sertanistas à busca de novas fontes de riquezas (...)”.

dependência por novas fontes de riquezas, já que seu “império” no oriente estava fadado ao fracasso.²⁰ Mas para isso, diversos títulos e honrarias eram prometidas aos desbravadores que conseguissem encontrar tais riquezas na colônia.

Ao se falar do início da formação de Minas Gerais, em torno dos descobertos dos primeiros remanescentes auríferos, um aspecto geográfico foi fundamental a princípio, como a ação dos bandeirantes. Este aspecto consistia no “desbravamento dos sertões”, abertura de passagens, contudo, o aspecto “espacial” colocado em questão é de extrema importância. Uma análise que descreve apenas os “feitos heroicos” dos bandeirantes, as datas temporais, os nomes, entre outros, e desconsidera a “espacialidade”, se torna obsoleta, às vezes para muitos como “sutil”.

O conhecimento e o “como saber desbravar” matas, rios, serras e outros, foram fundamentais para as descobertas. Mas vale complementar as questões territoriais presentes nessa discussão. O adentramento paulista não fora “tranquilo”, passivo, apenas devastando o que bem entendessem. Além da resistência dos aspectos naturais, como dificuldades nas matas densas, rios caudalosos, vertentes íngremes, entre outros, o fator das “territorialidades indígenas” como formas de resistência ao colono é de extrema importância para se pensar a formação inicial do território mineiro. No entanto um aspecto herdado pelos “invasores” é destacável: a presença de trilhas, caminhos que já eram percorridos bem antes de muitos paulistas percorrerem tais territórios. Como nos acrescenta (REIS, 1982), o Caminho Velho, que ligava Parati a Minas e São Paulo teve como precursor uma trilha dos nativos Guaianás, utilizada por estes já algum tempo para povoarem o Vale do Paraíba.

Após as descobertas significativas de remanescentes auríferos em porções mais centrais de Minas Gerais, todo um processo de povoamento se inicia, com atração de diversas atenções da própria colônia, da metrópole, mas também de outras localidades europeias; uma grande parte da colônia se “desperta” para essa “boa nova”. O aspecto demográfico é significativo no entendimento dos primeiros momentos da formação de Minas Gerais principalmente no que tange aos processos migratórios com direção às porções mineradoras; daí alguns autores cunharem esse contexto como “a corrida do ouro das gerais” ou “rush”.

A imigração em questão estava composta de populações da colônia como um todo (do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Pernambuco e outros), além de populações advindas de Portugal e outras porções europeias. Como exemplifica Sérgio Buarque de Holanda:

²⁰ Ver FIGUEIREDO (2011) e SOUZA (2000)

A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais no Brasil não têm, no Brasil, convento nem casa (ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, 1711. Apud HOLANDA, 2001, p.266)

A corrida do ouro provocou um surto demográfico até então nunca verificado na colônia. Território até então afastado do domínio do Estado absolutista português, logo se transformou em alvo de interesse de muitos e de intensa vigilância por parte da Coroa. Esta, por muito que se esforçasse em controlar a entrada de pessoas nos territórios do ouro recém descobertos, pouca eficiência conseguiu, ao menos nos primeiros anos do XVIII. Tal corrida pelo metal já possuía uma intensidade que podia ser percebida já à época, por exemplo, pelo desvio de mão de obra de áreas litorâneas para o interior da colônia.

No início da formação da economia do ouro, com uma grande quantidade de pessoas vindo com intenções de exploração e enriquecimento fácil, a questão do abastecimento, principalmente a alimentação, foi drasticamente afetada, uma vez que a maioria da população que chegava, focava em apenas minerar, e poucos se dedicavam à produção de alimentos, como criações e plantio. Com isso, nos primeiros anos do processo de povoamento das Gerais, houve crises alimentares, carestia, surto de fome como nos mostra Mafalda ZEMELHA (1990). Não raro, ocorreram migrações de retorno, mortes, motins, “fugas de fome” rumo aos sertões em busca da caça, frutas, raízes e outros.²¹ Em 1697/1698 e 1700/17001, pelo menos, verificou-se alguns surtos de fome. Guiados pela corrida do ouro, os homens que se dirigiram aos sertões enfrentaram, já pelos caminhos, diversas penúrias.

Sobre esse processo de povoamento inicial, nos demonstra SOUZA (2009), que:

É preciso, inicialmente, pensar o processo de povoamento de Minas Gerais como um fenômeno marcado pela diversidade, com a ocupação territorial derivada da ação da coroa e do homem branco não tendo sido a única historicamente registrada. Não se trata, portanto, de um processo que tenha surgido espontaneamente de uma decisão governamental só podendo, ainda, ser compreendido a partir de todo um complexo de negociações políticas e jurisdicionais que determinaram seu curso. (SOUZA, 2009, p. 5)

²¹ Como acrescenta Charles Boxer: “(...) O governador do Rio informava à coroa, em maio de 1698, que a carência de artigos mantimentos era tão crítica que muitos mineiros tinham sido obrigados a abandonar suas jazidas de ouro e estavam errando pelo mato com seus escravos, em busca de caça, peixes, ou frutas, a fim de se alimentarem (...)” (BOXER, 2000, p.71)

Contudo, há que se advertir que o contexto social nos primeiros anos em torno da descoberta das riquezas minerais era profundamente marcado por tensões diversas. Uma região interiorizada, afastada de núcleos urbanos, longe das imposições dos poderes metropolitanos, e posterior aos achados minerais, essa zona foi ocupada por aventureiros de várias índoles. As minas possuíam vínculos com a capitania do Rio de Janeiro em termos administrativos, no entanto as autoridades desta capitania tinham inúmeras dificuldades para fazer valer as leis. Como salientado, nas Minas, além da inacessibilidade, a população nelas instaladas, tinham alta mobilidade, nomadismo em torno das coletas nos ribeiros, que ora se esgotavam já partiam para outras zonas; além de certa independência que as populações recém chegadas fruía, especialmente os homens do planalto paulista, pelos seus costumes em se embrenhar pelos matos.

2. 2 - Complexidades territoriais

De uma condição de sertão ocupado por diversas nações indígenas, pouco a pouco uma nova territorialidade se impunha nesse espaço. Novos territórios estavam sendo formados. Eram diversos “proto” povoados que surgiam em torno de ribeiros, localidades estas que surgiam como pequenas nucleações territoriais, como enfatiza CARNEIRO (2013), estavam surgindo “territórios de mando”.

O contexto social antes da chegada dos poderes metropolitanos administrativos se compunha de uma “terra sem leis”, onde havia a presença de líderes locais, poderosos, articulando em torno de si apoiadores, estabelecendo relações de dependência e cooperação, entre o mais rico e os mais pobres. Nesse bojo, os interesses e direitos régios enfrentavam empecilhos, principalmente no que diz respeito à tributação de quintos. A arrecadação de dízimos e direitos de entrada sobre mercadorias também sofriam com os obstáculos de poderes locais. Os conflitos territoriais em torno disso eram diversos, que iam desde perturbações na repartição e demarcação de datas minerais; disputas por riachos, além de conflitos por delimitação de sesmarias (CARNEIRO, 2013).²² Charles Boxer nos acrescenta que:

A distribuição de datas, ou lotes mineiros, não correu absolutamente sob aspectos serenos, nos primeiros e turbulentos anos. Mineiros ricos e poderosos, senhores de numerosos escravos armados, estavam em condições de usurpar datas dos que não as possuíam. (BOXER, 2000, p. 74)

²² Além de CARNEIRO (2013), ver também BARBOSA (1979).

Havia com isso, desde o início, por parte de algumas autoridades, o medo que esses poderes locais pudessem ameaçar o domínio de Portugal sobre essas terras. Não raro, havia alertas que interiorizar o poder metropolitano, se fazia mais que necessário. Pensava-se que essa interiorização pudesse organizar esse novo território, com a criação de toda uma estrutura jurídica, administrativa e não menos importante, as fiscais. Portugal, diante das “descobertas”, tinha um grande desafio à frente de seu processo colonizador. Uma zona peculiar, distante da costa, que para se chegar, se passava por difíceis rotas e perigos, além de que ainda nessa época, o império português passava por dificuldades econômicas.

Em meio à “desordem”, a tática utilizada pelo poder metropolitano consistiu em colocar os paulistas a estabelecer ordens sobre a região, distribuindo a estes cargos e patentes. “Confiar” a princípio nos homens da capitania de São Vicente era única alternativa para um controle inicial. Mas ao mesmo tempo, distribuir a estes sujeitos algumas funções, poderia contribuir no estreitamento de laços para com eles, já que eram tidos como “homens rebeldes”, e poderiam com isso se tornar vassalos de grande utilidade, principalmente no que toca ao interesse em descobrir mais remanescentes auríferos sertões adentro.

A situação começara a mudar em 1700, com o lançamento do Regimento pelo governador Artur de Sá de Meneses, com o intuito de sistematizar na região uma melhor maneira de controlar possíveis conflitos na região, especialmente no tocante à distribuição de datas minerais. Nesse Regimento ganha destaque o papel do “guarda-mor”, que a este competia papel de autoridade na distribuição destas datas, além da responsabilidade em lidar com conflitos, fiscalização de caminhos, e na cobrança de quintos. Os paulistas, a troco de uma “hegemonia política” sobre estes territórios foram escalados a princípio para assumir tais cargos em nome da Coroa. (CARNEIRO, 2013).

O contexto social após 1702 começara a mudar diante da instauração de um novo Regimento, agora a mando da própria Coroa.²³ Neste, não havia muitas diferenças em relação ao regimento anterior, mas possuía uma novidade, com um novo cargo de “superintendente”.²⁴ Mesmo que a princípio uma certa confiança era tida para com os paulistas, o governador aos poucos procurou reduzir o poder político dos homens de “Serra acima” sobre essas porções mineradoras. Ao longo do tempo, com tantos forasteiros chegando

²³ Nome completo deste documento é “Regimento original do superintendente, guarda-mores e mais oficiais deputados para as minas do ouro que há nos sertões do Estado do Brasil (CARNEIRO, 2013, p. 152)

²⁴ Conforme ainda nos mostra CARNEIRO (2013), o superintendente possuía funções ordinária, civil e criminal, com grande autonomia, inclusive tendo condições de dar ordens ao guarda-mor, nomear outros cargos, entre outros. Era uma representação direta da Coroa no território das Minas.

cada vez mais, o espaço das minas tornava-se cada vez mais complexo em termos sócio-políticos. Os interesses e pretensões dos paulistas estavam pouco a pouco se esbarrando em mais dificuldades. Estes, em termos técnicos, por exemplo, estavam um pouco atrasados no que diz respeito à mineração, nos métodos de obtenção do metal. Os forasteiros, ao contrário, possuíam somado às suas “ganâncias”, melhores condições financeiras em alguns casos.²⁵

As tensões entre os grupos sociais ali presentes iam desde a questão pela distribuição das datas minerais, mas também em torno das nomeações que eram feitas a forasteiros, e cargos com importantes atribuições. Havia contudo, já nos primeiros anos do precoce capitania de Minas Gerais, uma reorganização das relações de poder; nos dizeres de (CARNEIRO, 2013, p.154), *“Os núcleos de poder privado estavam se reconfigurando, suplantando a tradicional hegemonia paulista sobre a área e evidenciando o desenho de uma nova territorialidade dominada pelos forasteiros”* (grifos nossos).

Em 1706, conforme ROMEIRO (2008), ouve a nomeação para os cargos de capitão-mor e sargento-mor, de dois reinóis, Francisco Gurgel e Pascoal Guimarães. Nesse ano, era evidente uma estratégia por parte do governador do Rio de Janeiro, Dom Fernando Lencastre, na tentativa de diminuir significativamente os poderes paulistas na região. Cada vez mais, os forasteiros estavam conseguindo vantagens nas teias aparatais da administração, mas também no campo do negócios rentáveis que articulavam os território das minas com Rio de Janeiro, Bahia e Portugal. Nesse contexto, um dos negócios mais rentáveis era o comércio de carne.

²⁶A partir de 1706, a relação entre paulistas e forasteiros tornar-se-ia cada vez mais complicada, resultando na guerra entre ambos a partir de 1708, a famosa Guerra do Emboabas.²⁷

²⁵ Charles Boxer traz uma explicação que mostra como este primeiro Regimento concebia a repartição de datas: “(...) Segundo estabelecia aquele regimento, o primeiro homem que descobrisse ouro, fosse onde fosse, tinha o direito de escolher o ponto das primeiras duas datas. A terceira era consignada à Coroa e a quarta ao representante da Coroa, ou guarda-mor. A essas dava-se o nome de datas-inteiras, e media cada uma trinta braças quadradas. Todas as outras datas eram distribuídas em lotes desenhados, marcados na proporção dos escravos trabalhadores que cada mineiro empregava, na base de duas braças quadradas por escravo. A data pertencente à Coroa era imediatamente vendida pelo lance mais alto a quem ali quisesse minerar por sua própria conta, o preço sendo levado a crédito do tesouro real. Desde que estava deita a distribuição das datas, os mineiros poderiam comprar, vender, trocar, ou amalgamar suas posses, através de negociações mútuas (...) (BOXER, 2000, p. 74).

²⁶ O “negócio da carne” nas minas seguia uma regra de monopólio para a venda desse gênero alimentar; a venda na região era regida pela obtenção de contratos junto ao governador do Rio de Janeiro.

²⁷ Não se pretendeu neste trabalho discutir os episódios ou personagens envolvidos no conflito, embora sejam de extrema importância, o objetivo em considerar esta guerra neste trabalho, visou refletir como a mesma foi importante para a consolidação do território das Minas Gerias no início, e, além disso, evidenciar as relações geopolíticas aí presentes, especialmente no que toca na tensão entre perspectivas diferentes de territorialidades em tal espaço: forasteiros e paulistas. Mais a frente, tal discussão será retomada, a contextualizando de que modo

No desencadeamento deste conflito entre esses dois grupos, foi determinante a princípio, a disputa das datas minerais e a nomeação em cargos importantes na administração das minas; descontentamento dos paulistas com as relações comerciais, principalmente em torno do arremate dos contratos de vendas de carne na região, além do inconformismo com as relações contrabandistas que portugueses e baianos tinham em escoar produtos para a região. Contudo, o que há em se destacar em torno de tantas divergências, é o caráter das tensões: era um embate entre diferentes concepções de ocupar aquele espaço recém descoberto, portanto, um embate entre diferentes territorialidades.

A guerra em si, possuía uma complexidade que transcendia os episódios de mortes, ou massacres entre os grupos. Este conflito sintetizava três importantes fatores que determinariam o futuro das Minas. De um lado, a tentativa dos paulistas de permanecer no controle da região, sob a justificativa de terem sido eles os descobridores, e, portanto, os merecedores da posse e uso das riquezas. Colocavam em xeque a isso, os interesses de forasteiros tanto no intuito de querer explorar as riquezas minerais, como estabelecer relações comerciais neste território. Em terceira posição, estava a Coroa, em alguns momentos tendo dificuldade de transitar por entre as disputas entre os dois grupos, tendo seu poder nessas regiões sendo questionando em alguns momentos, a princípio pelos paulistas, e logo pelos “Emboabas”, quando estes liderados pelo potentado Manuel Nunes Viana, foi aclamado governador das minas, administrando como bem entendesse, sem o consentimento Real.

Por outro lado, diante de alguns inconformismos no âmbito das relações internas dos Emboabas, Nunes Viana, foi acusado de “despotismo” por alguns, por exemplo, ao querer impor que o abate e venda de carnes na região, pudesse ocorrer apenas com gados seus, desagradando aliados seus em algumas localidades, como Sabará. Essa brecha, da instabilidade que este potentado sofre, foi importante para a retomada efetiva do poder real na região, encabeçada pelo governador Antônio de Albuquerque.

Ao término da Guerra dos Emboabas, a Coroa não conseguiu um domínio efetivo sobre a região. Porém não almejava que forasteiros pudessem se sobrepor aos paulistas, ou vice versa. Era interessante para o poder real, uma tentativa de diálogo entre ambos. Enquanto os primeiros se mostravam como importantes mineradores, por suas táticas em mineras, tecnologias, mas também condições financeiras, os segundos eram importantes para o

foi importante na expansão de fronteiras, e qual a contribuição durante os motins de Pitangui, e qual o impacto disso na formação inicial da região “Centro oeste mineira”.

desbravamento de outras porções da colônia. A guerra foi um divisor de águas para a geografia histórica de Minas; a influência de tal conflito transcendeu estes territórios, pois os paulistas se voltaram para outras porções da colônia, avançando para o Sul e principalmente para Oeste, como assinala SALVADOR (1992):

A guerra dos emboabas fez perceber aos mineradores paulistas que eles já não eram a maior força nas Gerais, social e economicamente. Em fins de 1708 estoura a referida contenta. A partir daí tentarão novos rumos e novas pesquisas. O resultado será o descobrimento de ouro em Cuiabá, Mato Grosso e Goiás (SALVADOR, 1992, p.8)

SOUZA (2009) nos acrescenta que:

Os sertanistas foram indispensáveis no processo de descobrimento do ouro e povoamento da Capitania - foram insubstituíveis, enfim, no período aqui estudado - mas chegou o momento em que o importante já não era mais descobrir e desbravar e, sim, explorar o que já havia sido descoberto e pacificar a região já desbravada, o que significava enquadrá-la nas rígidas normas do ordenamento português. Nesse momento, restou aos turbulentos paulistas enquadrarem-se na nova civilização que surgia ou serem por ela expelidos. Nesse sentido, a derrota dos paulistas assinala o fim de uma época. (SOUZA, 2009, p. 14)

O ouro fez com que Portugal saísse de sua crise financeira, pois além da mineração, foram instauradas atividades econômicas não vinculadas às oligarquias rurais como salienta MATOS (2011). Até a Guerra dos Emboabas, para o autor, alguns aspectos são importantes a se destacar:

(...) milhares de pessoas chegaram à região. Muitos morreram pelas crises de fome e precariedade de todo tipo. A quantidade de escravos utilizados nas lavras tornou-se crescente e a urbanização impôs-se como forma de ocupação territorial. Dada a abundância de ouro e seu uso como meio de troca, aumentam as frentes de mercados, inicia-se a formação do mercado inter-regional e torna-se urgente a resolução da provisão de gêneros alimentícios, preferencialmente na própria região.

(...) com a profusão das áreas de catação e a grande quantidade de novos imigrantes homens procedentes do nordeste e de Portugal, os conflitos com os paulistas, que se apresentavam como donos das lavras, aumentaram. Isso resultou na guerra dos Emboabas, vencida pelos nordestinos e portugueses apoiados pela Coroa. O rei impõe sua autoridade mais efetivamente sobre a conturbada região, instituindo a divisão da Capitania e um controle mais atuante sobre os caminhos e povoados nas áreas de mineração (MATOS, 2011, p.46)

Em novembro de 1709, com sugestão de membros do Conselho Ultramarino português, o rei emite uma carta régia, que oficializava a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desmembrada do Rio de Janeiro. Esta criação pode ser entendida como uma instalação de uma nova unidade territorial, que representava uma autoridade mais efetiva na região. Desse modo, havia uma maior possibilidade do exercício do poder da coroa sobre estes territórios; era uma medida que poderia sujeitar os povos diversos à condição de obedientes, garantindo a aplicação de leis e da justiça, e principalmente um maior proveito na captação dos quintos.²⁸

A segunda década do século XVIII foi de grande importância quanto à presença de motins, reviravoltas em geral, que questionavam o poder metropolitano imposto às minas.²⁹ Apesar de vários elementos *territoriais* que estiveram presentes em meios urbanos para fins de conter as rebeldias, imporem a ordem como igrejas, cruzeiros, pelourinho, câmara, entre outros, a institucionalização do poder real na recém criada Capitania não significou uma coerção total por parte da coroa a seus súditos. Em 1720 ocorre um novo recorte territorial, instituindo a separação de Minas com São Paulo, sendo criada, portanto a Capitania de Minas Gerais.

Conforme nos elucidava ainda CARNEIRO (2013), alguns conflitos e motins internos à capitania, além de problemas de jurisdição entre os governos de Minas e Bahia, pela disputa por localidades situadas no alto vale do São Francisco, teriam influenciado a Coroa a determinar a separação de Minas com São Paulo. A partir de 1720 Minas Gerais ganha autonomia como Capitania.

2.3 - A formação urbana

Outro aspecto que teve influência nas questões territoriais que permearam a história de Minas Gerais, antes mesmo de se tornar independente de São Paulo, é a influência da urbanização na consolidação dos diversos poderes sobre esse território recém “descoberto”. Coube à mineração “formatar” o território de Minas Gerais já que essa atividade caracterizava-se por ser itinerante e dispersa quanto à questão do povoamento. Além disso, cabe considerar que a urbanização das Gerais no século XVIII, é reflexo de algo não

²⁸ Sobre os impactos do surgimento da nova capitania, ver ROMEIRO (2008). Além disso, vale constar que a sede dessa nova capitania era a vila de São Paulo, mas após o ato da posse do ministro, o mesmo deveria imediatamente mudar-se para as minas; Antônio de Albuquerque convocado como ministro da nova capitania, reside então em Ribeirão do Carmo (futura cidade de Mariana).

²⁹ Os mais famosos conflitos foram os do Morro Vermelho em Vila Rica (1715); Pitangui (1717 – 1719); Barra do Rio das Velhas (1718 – 1719) e de Ouro Preto (1720). (CARNEIRO, 2012, p.166)

projetado. O “urbano” mineiro se constituiu a princípio diante da “corrida” pelo enriquecimento fácil e rápido, principalmente em torno das explorações por garimpagem em ribeiros. As vilas e povoados diversos, multiplicaram-se pela dispersão espacial das ocorrências minerais. Após poucos anos em relação aos primeiros descobertos, e diante das crises de fome e abastecimento, algumas nucleações, vilarejos, surgiam em locais onde havia também terras férteis para o plantio.³⁰

À medida que os remanescentes auríferos eram descobertos, o povoamento teve como principal centro de condensação demográfica nos setecentos, a porção que se estende das proximidades do Rio das Mortes (na bacia do Rio Grande) a proximidades com Tejuco (atual Diamantina). Entretanto há que se advertir dois aspectos: é relevante ressaltar que a principal área mineradora esteve em torno das serras que bordejam o que se concebe hoje como “Quadrilátero Ferrífero”. Essa porção, portanto, é plausível considerá-la como a região Central das Minas. Tejuco e Vila do Príncipe (hoje Serro), já não se incluíam numa lógica de centralidade, e tampouco São José Del Rei (hoje cidade de Tiradentes) e São João Del Rei (hoje permanece com mesmo nome); estas duas últimas localidades estariam numa posição mais de “Centro Sul”. Em segundo lugar, é importante acrescentar que o fenômeno de urbanização em Minas Gerais estendeu-se para várias outras porções “longe” dessa “zona central”, a ver: Pitangui e Piumhi, Abaeté³¹, localizadas já próximas ao Rio São Francisco, ou no “Grande Oeste”, conforme é ilustrado na Figura 1 na página 47; Paracatu, localizado no extremo norte nesses “Sertões de Oeste”. Também se encontrou ouro nas proximidades de Grão Mongol e Minas Novas, ambas localizadas no vale do Jequitinhonha.

Mas que urbanização seria essa? Seriam povoados, aqueles constituídos as vezes apenas por casas, ou elementos necessários a dar suporte a mineração? Em muitas localidades, a mineração foi o fator decisivo de atração de pessoas. Ao passar dos dias, meses, era necessário para que o garimpo se sustentasse, outras atividades teriam de desenvolver para dar suporte. Em torno das primeiras ocupações ao redor de ribeiros, uma “vida urbana” fora se constituindo. O que CUNHA (2009) ressaltou como constituição de um “espaço urbano”. Nas localidades onde os remanescentes auríferos eram numerosos, a atração populacional também fora maior. Em torno desses núcleos inúmeros aparatos surgiram como suportes à atividade. O espaço urbano como defendido por esse autor,

³⁰ Ver PAULA (1988, p. 55)

³¹ Vale considerar que a localidade Abaeté veio a ser ocupada de fato somente após 1760, conforme nos diz BARBOSA (1979), com descobertas de diamantes nas proximidades. No capítulo 3, isso será melhor abordado.

(...) relaciona-se à especificidade da concentração de serviços, de processos, de caminhos, de encontros, ideias, possibilidades (...) o urbano é menos um resultado – e nisso um dado material – e mais um processo. Trata-se de uma realidade social composta, fruto da construção coletiva do espaço, sendo, portanto, indissociável da dimensão mesma da vida cotidiana no ambiente citadino e das experiências e processos materiais e simbólicos que a esta estão associados. (CUNHA, 2009, p. 60 e 61)³²

Além disso, a urbanização, a consolidação desses espaços urbanos dispersos em vários cantos, foi importante para a constituição do território mineiro. Vale advertir, que com base em critérios jurídicos que definiam o caráter de vila, cidade ou comarca, estava o regimento das Ordenações Afonsinas. Nesses critérios, apenas Vila do Ribeirão do Carmo (Mariana) foi elevada à condição de cidade por abrigar o bispado. Outras localidades, mesmo em destaque nas atividades mineral e agropecuária, se constituíam ou como vilas, ou apenas povoados.³³

Como um aspecto territorial a ser destacado com a expansão das nucleações urbanas, é notável o aumento do poder centralizador da Coroa; a territorialidade Real impondo-se ou pelo menos “tentando” se fazer hegemônica frente à muitos poderes locais (pecuaristas; escravocratas; grandes comerciantes, entre outros). Conforme salienta (CARNEIRO, 2013, p. 259), o espaço urbano das vilas teve um papel central na difusão do poder local, mas também em um comando regional pela concentração dos principais serviços jurídicos, militares e fiscais. Nas palavras deste autor: “As vilas, com sua área de jurisdição, configuravam, portanto, uma forma “regionalizada” de divisão do território, a fim de facilitar o controle e a administração pelo governo colonial.

O fenômeno da urbanização na Minas colonial, portanto, a formação de arraiais e vilas é de grande importância para a compreensão da implantação e manutenção da *territorialidade* metropolitana. A formação e de povoados e vilas pode ser entendida em três contextos (1711; 1713 – 1730 e 1789 – 1814), conforme nos aponta Cláudia Damasceno FONSECA (2012). A lógica para formação dos povoados e vilas no início, em torno de 1711, era em função de vários aspectos, como grande fluxo de imigrantes chegando; importância das minas auríferas; conflitos que poderiam ameaçar a ordem, entre outros. Com a implementação de estruturas do

³² (MATOS, 2011, p.47), nos acrescenta que: “As atuais Ouro Preto, Mariana, Sabará, Serro, Diamantina, São João Del Rei, Tiradentes, Caeté, Pitangui abrigavam sobrados, palácios, igrejas e chafarizes, obras de arte, mas também cadeias e câmaras, vendas, albergues, prostíbulos e casebres. Violência e conflitos de toda ordem marcas típicas de qualquer cidade dinâmica da época, somavam-se ao fato de que a mobilidade social era alta”

³³ Em porções a oeste, por volta de 1740. São Bento do Tamanduá já se expressava como povoado produtor de bens agropecuários, no entanto fora elevada à condição de vila somente em 1789. Ver sobre isso (SOBRINHO, 2007)

poder Real, como administrativas, militares e fiscais, essa crescente população itinerante e múltipla culturalmente dizendo, poderia ser sujeitada; a arrecadação do quinto também era de extrema importância (CARNEIRO, 2013, p.261). Nessa primeira fase foram erguidas as vilas de Vila Real de Ribeirão do Carmo; Vila Rica e Vila Real da Conceição do Sabará.

No segundo contexto de criação de vilas (1713 – 1730), é destaque o papel de Dom Braz Balthazar, que procurou descentralizar o aparato judiciário e fiscal, que era restrito às porções centrais de Minas. Nesse período foram criadas as vilas de São João Del Rei (1713); Vila Nova da Rainha (1714) – atual Caeté; Vila do Príncipe (1714) – Serro; Vila Nova do Infante das Minas do Pitangui; São José Del Rei (1718) – hoje Tiradentes e Vila do Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado (1729).

O terceiro contexto de criação foi somente a partir de 1789 até 1814, como mostrado. De 1730 até 1789, 59 anos de diferença entre criações. Este grande lapso temporal, diante das opiniões de FONSECA (2012), condiz com uma estratégia por parte da Coroa. Até 1730 aproximadamente, algumas localidades foram palco de muitos motins por partes de potentados locais e alguns políticos. A partir de então, os governadores passaram a defender uma “aversão” ao poder local, principalmente no que se refere à criação de novas câmaras. Nas últimas décadas do XVIII, a fundação de novas vilas esteve relacionada à política de expansão dos limites de Minas Gerais, além do fortalecimento que certas nucleações tiveram com a expansão de atividades agropecuárias voltadas para mercado interno e externo da Capitania. Nas áreas ao sul da zona mineradora, alguns povoados tiveram destaque, e muitos foram levados à categorias de vilas, como São Bento do Tamanduá (1789); Vila de Campanha da Princesa da Beira (1789) – atual Campanha; Nobre e Leal Vila de Barbacena (1791), atual cidade de Barbacena; Vila de Queluz (1792), atual cidade de Conselheiro Lafaiete; Vila de Santa Maria do Baependi (1814), atual município de Baependi e; Vila de São Carlos do Jacuí (1814), atual município de Jacuí. Também foi criada, porém não localizada na porção sul, a Vila de Paracatu do Príncipe (1789); atual município de Paracatu.

MORAES (2007) adverte como foi surpreendente a rapidez com que redes urbanas dispersas e em condição de isolamento foram alinhavadas. E como acrescenta Sérgio Buarque de Holanda “*toda uma geografia nova, política, social e econômica se estava escrevendo na América Portuguesa, fosse por ação livre ou decisão pessoal de sertanistas, fosse por obra e graça de política oficial metropolitana* (HOLANDA, 2003, p.396).

Os caminhos de penetração no território das Minas constituíram-se como grandes fios estruturadores da economia aurífera e de atividades de suporte, permitindo uma organização territorial macro e microregional. As minas através de muitos caminhos teciam relações com outras capitanias, como ao sul com São Paulo; a leste com Rio de Janeiro; com norte através da Bahia e mais tarde com oeste, com as minas de Mato Grosso e Goiás. Através dos caminhos, a Coroa controlava a circulação de pessoas e mercadorias no interior mineiro, o que contribuiu para a formação inicial do território; no entanto há que se advertir que existiram várias rotas de contrabando, extravios de ouro e mercadorias, que também foram importantes na expansão territorial, e nessa perspectiva é o que STRAFORINI (2012) concebeu como “alteridade territorial”.

É perceptível que houve movimentos de concentração/descentralização do poder metropolitano sobre as Minas. Em momentos de maior povoamento, como foi no início, a criação de vilas e cidades era estratégia de implementação de uma estrutura organizadora administrativa; jurídica; fiscal e militar, e que com isso, repercutia numa “organização territorial”, possibilitando à Coroa impor sua ordem e ter melhores condições de controle das riquezas tanto produzidas pela mineração quanto atividades subsidiárias à vida nas Minas. No entanto, em certos momentos, dar maior autonomia e poder a determinadas localidades, e conseqüentemente, às elites locais, não se mostrava como uma boa estratégia, principalmente em momentos de emergência de insubordinações, ou rebeliões.

Por fim, sobre o processo de expansão urbana, é importante ressaltar conforme ainda mostra FONSECA (2012), que:

(...) é necessário levar em conta diferentes elementos para que se possa compreender a evolução da malha territorial e da hierarquia urbana mineira: a situação geográfica dos arraiais e vilas existentes, sua posição em relação à rede de caminhos e às fronteiras da capitania, as relações entre os governadores e as elites locais, bem como entre os magistrados e oficiais judiciários. Também é importante que se examinem as relações entre as vilas, bem como as ligações existentes entre cada sede municipal e os arraiais dela dependentes, pois foram determinantes para a formação dos limites internos da capitania – tanto os dos concelhos quanto os das comarcas. Focalizar conflitos territoriais entre as unidades da rede urbana mineira fornece outras chaves para explicar as concessões dos títulos de vila na segunda metade do século, assim como para compreender o fracasso das tentativas de emancipação de certos arraiais. (FONSECA, 2012, p. 89)

A princípio, alimentava-se sempre o desejo de encontrar novas riquezas minerais, o que desencadeou processos de devassamento de outras fronteiras, de outros sertões. Além do mais, a economia aurífera necessitava de ser abastecida, principalmente alimentação; com isso frentes de ocupação visando áreas para plantio e criação de gado se irradiaram pelo território. Como adverte Ângelo CARRARA (2001, p.83): *“Se for possível uma imagem, o movimento agrário característico de Minas é o da ampliação constante da fronteira por ondas crescentes de pequenos lavradores em todas as direções disponíveis”*. Conforme outro autor complementa: *“(...) mesmo no auge da mineração, portanto, o processo de povoamento prendeu-se a diversas outras atividades ligadas ao comércio e à agricultura.* (SOUZA, 2009, p.5)

No campo demográfico, além da atração de população com fins à exploração, como dito, várias pessoas se dedicaram a outras atividades em anos mais tarde após as descobertas. Viam no comércio e em outras atividades em geral (como ofícios), várias possibilidades de lucratividade que não pela mineração. Além disso, o aspecto da mão de obra fora muito importante nesta economia, principalmente no que tange à importação de mão de obra escrava para trabalho nas minas.

No campo das acumulações de riquezas que a era do ouro inaugurou, impactou em vários aspectos: contribuiu para que Portugal aumentasse suas riquezas, seu tesouro; contribuições ao enriquecimento de muitas pessoas³⁴, não somente ligadas à prática da mineração, mas do comércio e outros serviços, como já apresentado. Contudo, com maior quantidade de moedas, e recursos diversos em circulação, há que se considerar o processo de urbanização que ocorreu nessa época, como já descrito anteriormente.

Adjunto a expansão comercial, uma rede de trilhas, e caminhos foram abertos. Tais caminhos contribuíram para a captação de impostos em mercadorias³⁵; expansão de atividades tropeiras, sobretudo, possibilidade de desbravamento maior de Minas. No entremeio da consolidação dessa economia do ouro, foram necessários, junto a diversos outros aspectos, os aparatos técnicos que subsidiaram o dinamismo das atividades. O uso de técnicas ia desde a exploração de ouro (antes focada em ouro de aluvião, com novas técnicas o ouro passou a ser

³⁴ Vale acrescentar a alta mobilidade em renda, em classe que a economia do ouro pudesse proporcionar, embora tenha que se tomar cuidado, pois é uma mobilidade relativa, considerando que nem todos podiam ter acesso a compra de equipamentos necessários à mineração; nem todos tinham acesso às minas, devido a conflitos diversos, entre outros fatores.

³⁵ Mostrar um pouco de como o imposto era cobrado num modo geral, os quintos, etc, fiscalização, etc.

explorado em barrancos, grupiarias, e algumas vezes (porém raro), em túneis escavados.³⁶ As técnicas permearam também o campo dos transportes, com aperfeiçoamento das técnicas carroçáveis, produções de diversos utensílios básicos, como fabricação de ferramentas.

A consolidação da economia do ouro resultou numa interação de Minas Gerais com quase toda a colônia, desde porções do Piauí, Maranhão, até as planícies campestres do Rio Grande do Sul. Esta interação muito se deu em torno da necessidade de abastecimento da capitania, como necessidade de víveres, muares, bois para tração e outros. Como admite (GODOY, 2009, p.91), *“(...) É com a formação e desenvolvimento da “economia do ouro” que conhecemos o primeiro movimento de integração das economias regionais da América portuguesa”*

2.4 - Mudanças na Capitania

No mapa da página 47, há uma proposta de regionalização do espaço da Capitania de Minas até o ano de 1760. Esta data limite é um marco que denota uma série de mudanças na geografia econômica e política da capitania.³⁷

A década de 1760 para a capitania mineira representou a diminuição das quantidades de ouro produzidas e quitadas para a Coroa. Esse período para alguns autores, dentre eles Celso Furtado e Robert Simonsen, foi cunhado como a decadência de Minas Gerais. Waldemar BARBOSA (1971) propôs que este fenômeno foi de crucial importância para ocorrer uma emigração significativa de pessoas das porções centrais da capitania rumo a outras regiões da colônia. Na tese deste autor, este fator foi decisivo para uma ocupação efetiva em regiões oeste da zona mineradora. No entanto, essa interpretação decadentista vem sendo revista, reinterpretada sob a luz de diversos estudos historiográficos, econômicos e demográficos.³⁸

GODOY (2009), mostra uma realidade diferente da concepção de “decadência”. Para alguns houve na verdade um período de transição quanto aos aspectos da economia mineira.

³⁶ Ver BARBOSA (1979), p. 50.

³⁷ Vale considerar que o ano escolhido possui um caráter didático, no intuito de facilitar uma periodização que simbolize algumas mudanças que ocorreriam em Minas. Após esse ano uma nova configuração “macroregional” começaria a se formar, passando Minas por um processo de ampliação do povoamento do território. Ver os trabalhos de CARNEIRO (2013) e CUNHA (2011).

³⁸ Nessa revisão histórica da importância da economia de Minas Gerais, havia trabalhos que começaram a romper com essa lógica decadentista mineira. Entre eles estão ZEMELHA (1990); LINHARES (2017). Na década de 1980 outros trabalhos avançam ainda mais na questão de Minas Gerais possuir ainda importante papel na economia colonial até 1808 e também ao longo de sua história no período Imperial; trabalhos como de Roberto Borges MARTINS (1982); Douglas Cole LIBBY (1988); Clotilde PAIVA (1996), entre vários outros.

Admitem que a produção de ouro de fato decaiu, no entanto, com isso, não necessariamente a capitania entrou numa fase de crise, ou estagnação econômica. Na transição do século XVIII para o XIX, a economia mineira tornou-se mais complexa, haja vista que a importação de escravos para esta capitania não decaiu após a diminuição da captação de ouro. Continuou-se a chegar mais escravos do portos do Rio de Janeiro principalmente os que eram usados em várias atividades, em várias porções do território, como nos meios urbanos, mas também em fazendas em expansão, como admite Roberto Martins.³⁹

Sérgio Buarque de HOLANDA (1985) assinala que ao longo da primeira metade do século XVIII, atividades agropecuárias de grande importância se desenvolveram em paralelo às explorações auríferas. A própria presença do ouro no meio circulante estimulou o mercado interno da capitania.⁴⁰

Até 1760 aproximadamente, a mineração desempenhou importante papel na formação territorial de Minas Gerais, especialmente na afirmação de uma territorialidade Real sobre as porções centrais da capitania. A centralidade da capitania, como exposto no capítulo anterior, foi responsável pela edificação de uma complexa rede de cidades, até então não vista em território colonial (MORAES, 2007). Essa centralidade se articulou com quase toda a capitania, ficando apenas as porções dos sertões de leste pouco exploradas. A mineração para GODOY (2009) até meados do século XVIII foi responsável por um movimento centrípeto de atração de recursos e populações. Porém diante da diminuição das coletas de ouro, mas principalmente por outros fatores, o movimento se inverte, portanto, ganhava um caráter “centrífugo”.

LOURENÇO (2005) adverte que além da diminuição na exploração aurífera, a exaustão de solos agricultáveis nas proximidades dos meios urbanos, contribuiu para ocorrer um deslocamento do centro gravitacional da economia para a Comarca do Rio das Mortes. Nesta região, além da expansão das fronteiras agricultáveis, esteve presente a produção pecuária, que destinava grande parte dos rebanhos bovinos e suínos para o Rio de Janeiro. A

³⁹ MINAS E O TRÁFICO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XIX, OUTRA VEZ – MARTINS, Roberto Borges. TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 70. 1994 – in <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2070.pdf>; acessado em 28/11/2018; Ver também MARTINS, Roberto Borges - A economia escravista de minas gerais no século XIX – 1994 – in <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2010.pdf>; acessado em 28/11/2018;

⁴⁰ Na mesma opinião que Sérgio Buarque, Kenneth Maxwell admitia que: “ A economia regional, com suas propriedades rurais horizontalmente integradas, era particularmente capaz de absorver o choque das transformações que vieram após a exaustão do ouro aluvial. Tanto tinha capacidade para corresponder ao estímulo recebido da economia interna quanto do amplo comércio exterior que fluía pela estrada do Rio de Janeiro e que minguou na proporção direta do declínio da produção aurífera (MAXWELL, 1977, p.112).

região, segundo FRAGOSO (1998), não só criava animais como também era local de passagem de outros produtos que vinham de regiões mais a norte, como de Pitangui.

Ao longo da segunda metade dos setecentos, houve saída de pessoas em alguns núcleos urbanos devido ao esgotamento das lavras e abandono de fazendas próximas devido ao desgaste dos solos. Houve nas porções centrais, como defende Warren DEAN (1996), uma devastação dos solos e das matas diante das técnicas utilizadas para se explorar ouro, principalmente quando se fazia uso da força das águas de córregos desviados para abrir barrancos, desmoronar empecilhos rochosos para se chegar aos veios auríferos. Para LOURENÇO (2005), uma constante leva populacional chegando às localidades urbanas, as atividades agropecuárias necessárias a alimentar todo esse contingente populacional, contribuíram para uma rápida saturação dos solos ao longo da primeira metade do século. Portanto, a economia que fora dinamizada pela exploração do ouro, e com a crescente população, desde cedo novas áreas eram cogitadas para exploração.⁴¹

A migração de pessoas toma diversas direções. Para sul, onde obteve êxito, e a oeste, onde o povoamento fora mais complicado por aspectos locais, que serão explorador mais a frente. A Figura 1 visa mostrar a organização regional que Minas possuía até 1760. Até essa data os sertões de Oeste estavam numa época de transição que começara desde quando os primeiros bandeirantes ali se instalaram nas proximidades de Pitangui.

⁴¹ No transcorrer do século XVIII, como aponta MATOS (2011), nem a mineração desapareceu, nem houve como muitos pensaram uma rápida evasão de população, e tampouco houve esvaziamentos dos núcleos urbanos. Áreas dos sertões a oeste e leste como vales dos rios São Francisco, Pará, Paraopeba, Grande, Doce, foram sendo povoadas tanto por garimpeiros quanto escravos e homens livres.

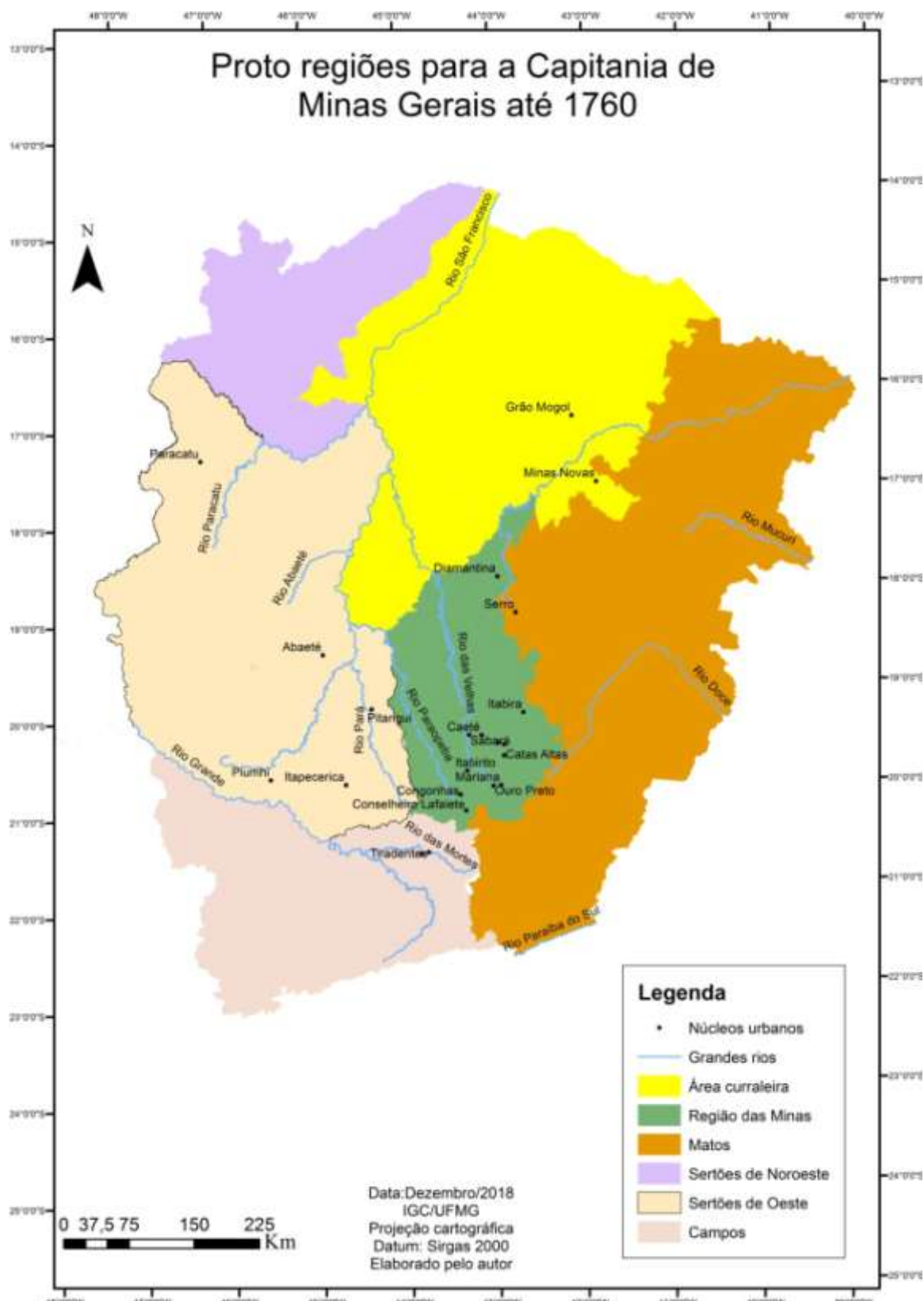


Figura 1 – Proposta de Proto Regiões para Minas Gerais até 1760⁴²

⁴² Baseada em MATOS, COSTA (2016); CARNEIRO (2013); CUNHA, GODOY (2003)

Parte 3

As territorialidades nos primórdios do Centro Oeste Mineiro

3.1 - O “Grande Oeste”

Na proposta do mapa da Figura 1, foi delimitada uma grande região que se constitui como os “Sertões de Oeste”. Para a demarcação dessa porção territorial da Capitania, alguns elementos foram chaves no entendimento dos limites dessa região.⁴³

Um dos critérios utilizados foi a presença de grandes rios que oferecessem dificuldades para transpô-los. São pertinentes acidentes geográficos que têm condição de barrar ondas de povoamento ou pelo menos dificultá-las. Ao sul desta região, o critério de baseou na escolha do rio Grande como um bom divisor, especialmente pela largura de sua calha e por ser um rio caudaloso.

A leste foram importantes duas questões: na parte sul desta faixa, em proximidades com as nascentes do Paraopeba, a questão altimétrica é importante a ser considerada, pois nesta porção os interflúvios que divisam com a bacia do rio Pará a oeste, representam altas barreiras que poderiam induzir as povoações a seguirem outros locais que tivessem o relevo mais suave. Nesta porção, houve também uma preocupação em considerar a centralidade exercida por algumas vilas, especialmente Vila Rica, que nas proximidades possuía uma área de influência já povoada, com isso, a região estava sob outra jurisdição territorial. As porções para oeste se encontravam numa condição de sertão, como será explicado à frente.

Na faixa norte deste limite leste da região, o rio Paraopeba foi utilizado como demarcador da transição da região central para oeste. Nesta faixa, ao contrário da utilizada ao sul onde Vila Rica exercia influência até as encostas dos interflúvios com o Pará, não há proximidade com a nenhuma centralidade urbana. Os limites seguem a norte até o rio Paraopeba encontrar-se com o rio São Francisco, outro importante divisor, que por sua calha larga implicava dificuldade em transpô-lo, uma vez que a engenharia para construção de pontes complexas ainda não existia.

Seguem-se os limites para norte até encontrar com o deságue do rio Paracatu. Neste encontro dos dois rios, a demarcação segue para oeste pelo curso do Paracatu, e tomando logo

⁴³ A perspectiva adotada para demarcação regional baseou-se no trabalho de MATOS, R. E. S.; COSTA, A. **Por uma regionalização da Minas Oitocentista**. Revista GEOgrafias, v. 1, p. 114-136, 2016.

o rio Preto, que alcança os limites oeste da região proposta. A demarcação desses sertões de oeste não poderia abarcar mais porções a norte do Paracatu, pois ali era uma zona de transição de um sertão, com um encontro de uma atividade curraleira, significativa no vale do São Francisco desde o século XVII, nas proximidades com a Bahia.

A oeste, a região demarcada seguiu os contornos atuais da divisão com o estado de Goiás. Este critério ao ser contextualizado à época pode ser alvo de dúvidas, já que a capitania de Minas Gerais não possuía seus limites tão claros com Goiás. Nos limites ainda de oeste, porém mais na faixa sul, a proposta se baseou nos critérios utilizados por alguns trabalhos, dentre eles o de GODOY (2017), onde há uma separação do Triângulo mineiro, à época ainda não inserido dentro dos limites de capitania.

Quanto às outras regiões mostradas no mapa, tem-se ao sul os Campos⁴⁴; ao centro a zona mineradora que se estendia das proximidades de Queluz (Conselheiro Lafaiete) ao sul, até Diamantina e arredores, a norte. A noroeste optou-se em demarcá-la como sertões, porém estes possuíam algumas características que os diferem dos sertões de oeste, principalmente por estarem vinculados a outros processos de transformação espacial, como a presença de currais nos locais.

Na zona curraleira, a demarcação considerou a presença das atividades pecuaristas que se manifestavam ao longo do Rio São Francisco, e também mais a leste em torno dos caminhos que por ali passavam em torno da Serra do Espinhaço em direção à Bahia. A leste, demarcou-se outra grande região, onde havia um contingente populacional pouco significativo, tendo áreas com predominância da Mata Atlântica que se estende até o sul da Capitania.

Neste trabalho, baseou-se o conceito de Sertão em AMANTINO (2008). Para a autora, a categoria “Sertão” perpassa pelo entendimento de regiões ainda alteradas por processos civilizatórios, portanto, eram habitadas e controladas por diversos grupos que não estavam sob o poder oficial. No caso do “Grande Oeste”, era uma região perigosa, um esconderijo de índios e quilombolas, além de nela se refugiarem criminosos e devedores.

Os sertões tornaram-se, à medida que a colonização se expandia, áreas requisitadas para a viabilização econômica, com alargamento de fronteiras para frentes agropecuárias.

⁴⁴ Embora delimitar esta porção Sul como Campos possa gerar dúvidas, partiu-se da ideia de que na região a atividade agropecuária desenvolvia-se com relativa intensidade.

Sertão era uma área fluida, móvel, à medida que a colonização por ele avançava. A região “Grande Oeste” nas primeiras décadas do século XVIII constituía-se numa zona vaga, genérica, pois sua extensão não era reconhecida. Apenas a partir de 1750, tendo algumas áreas sido desbravadas visando o ouro presente em Goiás e Mato Grosso, é que a dimensão dessa vasta região foi aos poucos sendo percebida. Na época dos descobrimentos de ouro em Pitangui, anos após esta se firmar como vila, as redondezas em torno dela eram concebidas como o “Pays do Pitangui”, como será mostrado à frente. Além disso, esse grande sertão algumas vezes era associado a ideia de “sertões do Campo Grande”, em alusão à presença de quilombolas no local.

Estes sertões eram vistos por parte de algumas autoridades, como uma região de difícil ocupação. Para desbravá-los era necessário reunir forças, vultosos recursos. Era uma porção territorial sempre associada à ideia de um território “vazio” onde a desordem, barbárie e selvageria eram praticados por índios, vadios, quilombolas e outros. Contudo, ao se descobrir as ouro em Pitangui, posteriormente em Piumhi e mais tarde em Goiás, a região precisava ser colocada sob a régia do poder colonial.

Além do conceito de sertão, outro que para muitos é motivo de dúvida é o de *fronteira*. Em alguns casos sendo entendido como um limite, uma separação estática. Por outro lado, pode ser entendido como “frente” móvel; conquista; expansão. Nesta pesquisa, com base em SAQUET (2010), o termo *fronteira* foi entendido como uma “frente de expansão” da colonização, mas uma frente que se manifesta através de zonas dinâmicas, por onde os poderes coloniais defrontaram-se com poderes locais, como índios, quilombolas, e potentados locais. Portanto, é uma zona de embate de territorialidades.

A seguir, foi mostrado como esta região sob a condição de sertão, foi aos poucos sendo ocupada por diversos atores. O principal a se destacar diante disso, foram as formações de espacialidades/territorialidades que se sucederam ao longo do tempo. Gradativamente, de uma terra habitada por índios, local de expedições bandeirantes logo em seguida torna-se uma terra de povoamento em busca de riquezas auríferas, destruição de quilombos, e principalmente uma zona de expansão do projeto colonizador.

3. 2 - Os indígenas

COELHO, CATÃO e JÁCOME (2015), admitem que as nações indígenas que ocuparam as porções oeste da Capitania de Minas Gerais são relativamente desprovidas de história em comparação com nações de outras localidades desta capitania. Um dos motivos que explica em parte esse vazio histórico é que os principais povos desta região já vinham sendo desmantelados e escravizados por bandeirantes paulistas ainda no final do século XVI. Nas primeiras décadas do século XVIII havia apenas algumas reminiscências indígenas espalhadas ao longo do território.

A região era conhecida em grande medida por abrigar a mística e grandiosa nação dos Cataguás. Este nome era um termo tupi utilizado pelos bandeirantes para se referirem a terríveis tribos que povoavam uma grande região ao norte do rio Grande. No entanto, este nome era uma generalização que abarcava diferentes povos. Segundo RIBEIRO (2005) há uma hipótese defendida por alguns pesquisadores, que os “Cataguás” são originários dos povos Tremembé, que pertencem à família lingüística dos Cariris, que desceram do Ceará e Piauí séculos atrás, rumo aos sertões do rio São Francisco, até as áreas de montante deste rio, quase com divisa com o rio Grande, dispersando-se nessa área, nos entornos da Serra da Canastra. Desses povos Tremembé, outros seguiram mais a oeste, acompanhando o vale do rio Paranaíba, mas ao chegarem nas proximidades do Triângulo mineiro, entraram em atrito com os povos Caiapós que já habitavam esses locais tempos antes. Diante disso, alguns povos Tremembé recuam para leste, para as cabeceiras do São Francisco, onde novamente entraram em conflitos com outros povos também de origem Tremembé que já ocupavam o local. Após os conflitos, algum tempo depois, os perdedores teriam seguido para o sul, para proximidades da Serra da Mantiqueira, chegando a terras paulistas, próximos a Taubaté. Algum tempo depois com chegada dos primeiros sertanistas às localidades, uma “aliança” foi feita. Os tremembés, acompanhando algumas bandeiras até as cabeceiras do São Francisco, teriam expulsado seus “irmãos” de origem para porções a leste da serra da Canastra, principalmente para as proximidades de Tamanduá e Piumhi.

Ao longo do século XVII, expedições paulistas combateram muitos Cataguás nas mesmas localidades. Desses povos, alguns enfrentados foram os Araxás, que tinham ramificações genéticas dos Cataguás. Os Araxás ocupavam regiões nas proximidades da atual cidade de Araxá, Ibiá e ao longo do rio Quebra Anzol. Ao final do século XVII e ao longo do século XVIII, os povos que restaram dos Cataguás procuraram se refugiar em áreas de matas

pouco conhecidas por bandeirantes como no “Cajuru”, e nos vales do rio Pará e Itapecerica. A nordeste dali, outros povos como os Kaxixós se refugiaram também, tendo estes conseguidos se manter ao longo do tempo. A oeste, com divisa com Goiás, os Caiapós diante das pressões dos sertanistas, e mais tarde com a expansão de estradas coloniais no local e atividades auríferas, foram “empurrados” para Mato Grosso.

Em meados do século XVIII, com as expedições buscando o desmonte dos quilombos do Campo Grande, alguns povos nativos restantes também foram massacrados. Em fins de 1760, Inácio Corrêa Pamplona como mestre de Campo na região, contribui com destruição de quilombos restantes, e com possíveis aldeias indígenas que ainda restavam ali. Por outro lado, nos sertões de Leste da capitania, devido ao fato de ser uma área proibida, e em razão também de ser uma região coberta pela Mata Atlântica, muitos grupos indígenas conseguiram se manter por mais tempo.

No mapa da página seguinte (Figura 2), destacam-se as principais regiões onde poderiam ter tido a presença de indígenas até final do século XVI. Ao longo do século XVII muitas aldeias foram dizimadas em razão do escravismo imposto pelos bandeirantes. O mapa em questão, e a distribuição desses povos foram feitos com base nos estudos de CORRÊA (1995); RIBEIRO (2005) e, COELHO, CATÃO e JÁCOME (2015)

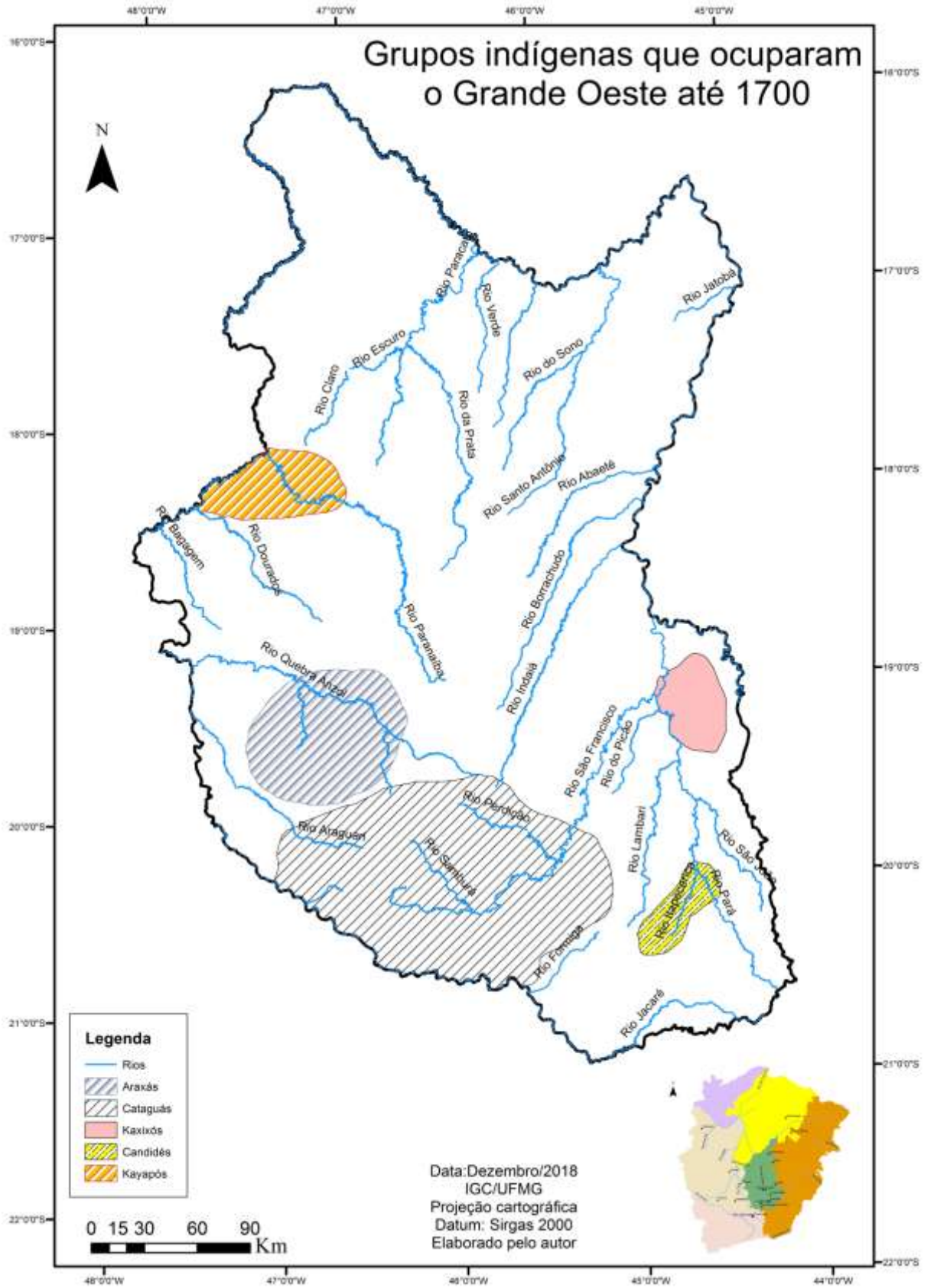


Figura 2

3.3 - Pitangui e o início do povoamento dos Sertões de Oeste

No caso da Vila de Pitangui, há diversos estudos sobre a importância dessa localidade. Diogo de Vasconcelos em sua obra “História antiga de Minas Gerais (1974), procurou mostrar, mesmo que de forma breve, Pitangui inserida no contexto das relações coloniais da capitania de Minas Gerais, com as descobertas auríferas no local. Na obra, o autor traz também a importância dos motins que ocorreram nesta localidade em torno de 1719. Estes movimentos de contestação da ordem colonial em sua visão são justificados pelos descontentamentos que alguns colonos locais tiveram com o monopólio da venda local de produtos derivados da cana, especialmente aguardente.

Posterior a Vasconcelos, outros autores procuraram apresentar Pitangui de diversas outras maneiras. Alguns se debruçaram em fazer uma “cronologia dos fatos” que se sucederam desde os primeiros descobertos auríferos, até a intensificação dos motins. DINIZ (1966) e CARVALHO (1931), inserem-se nessa perspectiva. Conforme defende CUNHA (2011), estes estudos limitaram-se em apontar que Pitangui foi palco de motins por haver dificuldade em arrecadar as contribuições com os quintos, e as autoridades ao quererem impor as devidas cobranças, despertavam nos moradores locais sentimentos de raiva e resistência. Para CUNHA (2011), muitas dessas abordagens consideravam as contendas, como tendo causas locais, “isolados no tempo e no espaço”, sem que fatores externos aos moradores da vila pudessem contribuir para o desenrolar dos acontecimentos.

Em obra mais recente, RABELLO (2014), traz outras contribuições para a explicação da importância de Pitangui à época do ouro. Sua obra não segue um caráter linear em referência à sucessão dos fatos que ocorrerem nessa localidade. Sua obra traz elementos importantes porque seus estudos, em parte, visam mostrar os feitos heróicos que tiveram certos atores, como bandeirantes, na edificação desta região. A obra, além disso, mostra diversas famílias que ocuparam o espaço “pitanguinense” ao longo do século XVIII e XIX; e além de trazer elementos importantes para pensar a formação da região em aspectos espaciais.

Além de RABELLO (2014), outros autores expõem uma preocupação em tentar analisar a importância de Pitangui em seus primórdios, propondo reflexões que mostrem o caráter político e cultural que permeou a história desta vila no início.⁴⁵

⁴⁵ É importante destacar que diferente de abordagens que apenas descrevem os fatos, CUNHA (2011), além de CATÃO (2009), ANASTASIA (2011), e ROMEIRO (2011) e RIBEIRO (2005) procuraram trazer elementos analíticos ao caso de Pitangui. As contribuições destes foram usadas como base para refletirmos as questões

As primeiras notícias referentes à região do Pitangui estiveram a cargo do bandeirante André de Lião e Francisco de Souza, que teriam percorrido a região em torno de 1600, juntamente com um engenheiro especialista em mineração, Wilhelm Glimmer, como mostra RABELLO (2014), e CATÃO (2009). A expedição em questão visava encontrar a lendária serra do “Sabarabuçu”. Teria tomado o Caminho Geral do Sertão e chegaram a porções próximas a Serra da Canastra. (CATÃO, 2009, p.73). Em torno de 1602, seguindo as trilhas deixadas pela expedição anterior, Nicolau Barreto palmilhou a região oeste de Minas, chegando a proximidades de Paracatu.

Muitas bandeiras posteriores que percorreram a região visavam apreensão de indígenas, para vendê-los como escravos. Na mesma época alguns jesuítas, também desempenharam importante papel na exploração dos sertões. Os interesses destes religiosos eram cristianizar os nativos. CATÃO (2009) mostra que algumas expedições jesuítas transitavam a região, vindos de São Paulo, passavam pelo sul de Minas, acompanhando o Rio Grande, e chegavam à região das nascentes do São Francisco. Pelo curso deste rio, prosseguiram para norte, visando a aldeia dos índios Amoipiras, em proximidades com Paracatu. Nessas localidades a norte, era presente a instalação de atividades curraleiras, que partiam da Bahia, seguindo o vale do velho Chico, aproveitando em muitos casos, o relevo suave, constituído por Chapadas, esculpidas sob rochas sedimentares.

Em fins do século XVII, essas porções do “Grande Oeste” novamente estavam sendo percorridas pela bandeira de Bartolomeu Bueno de Siqueira, visando encontrar pelas “Terras do Poente”, os sertões do Pará, imaginados à época ser uma região rica em ouro e principalmente índios para se capturar. Esta expedição se perdeu por estes sertões em torno de 1695. Mais tarde, sob comando do paulista Bartolomeu Bueno da Silva (filho de Anhanguera), descobriu-se ouro em proximidades com o Rio São João, afluente do Rio Pará. Conforme nos mostra RABELLO (2014), esta descoberta se deu em torno de 1705. Este bandeirante teria explorado ouro clandestinamente nesta região até aproximadamente 1709, quando a localização desses remanescentes no rio São João foi divulgada às autoridades coloniais. Todo esse tempo “escondido” foi possível pelo fato da região ainda ser muito pouco conhecida, e além de ser relativamente distante de algumas nucleações já em vigor, como

territoriais que estiveram relacionadas a esta localidade, principalmente em torno da importância de sua localização, como a importância dos motins que implicaram em (re) configurações geopolíticas para a Capitania, quanto especificamente no lugar.

relação à Sabará. Neste mesmo ano (1709), em torno da Serra do Batatal em Pitangui, Antônio Rodrigues Velho descobre riquezas auríferas, porém estas não estavam localizadas em grande parte nos riachos, mas no interior das rochas, sendo a abertura de túneis nessa serra necessária à exploração do metal.

Pitangui nasceu do sonho do ouro; O “pays” do Pitangui como propõe RABELLO (2014), não era delimitado oficialmente; era uma vastidão de terras para oeste, que partiam desde as proximidades do Rio Paraopeba, até o atual município de Abaeté. O termo “pays” estava associado à área territorial concernente à vila de Pitangui. Desta localidade, povoou-se uma parte do Centro Oeste de Minas. No transcorrer dos anos, ganharam notoriedade nos aspectos econômicos, sociais, culturais, e principalmente políticos. Na segunda década dos setecentos, foi palco de embates entre os poderes locais que nela habitavam contra a hegemonia do poder Real, representada pelos governadores da capitania.

Sendo uma localidade urbana expressiva em termos de produção aurífera, atraiu para ele diversas pessoas que estariam interessadas na exploração do ouro ou em produzir gênero para subsidiar a mineração, como produtos agropecuários. Pitangui, portanto, desempenhou em torno de sua localidade, uma frente de expansão de fronteiras para oeste. Era uma porta de entrada para os sertões. Iniciava-se a partir de então nessa zona fronteira, um desbravamento dos sertões como apontam RABELLO (2014) e CATÃO (2009).

Às margens do Rio Pará, haviam condições favoráveis para instalação de atividades subsidiárias à mineração, principalmente a agropecuária. O Pará, por ser um rio em volume de água considerável, que permitia ao longo de suas várzeas, o aproveitamento dos nutrientes presentes nos sedimentos trazidos em épocas de cheias. Ao redor, o relevo era propício à prática da pecuária, pois era mais suave que em relação às “montanhas” que circundavam os outros centros mineradores à leste.

Pitangui está localizado no bioma do Cerrado, o que em grande medida favoreceu uma retirada da vegetação local mais facilmente do que em relação às matas de leste. Apesar da vegetação ser de menor porte, sendo mais fácil o desmatamento para pastagens, nos vales fluviais desenvolviam-se matas de galerias, onde havia presença de árvores de portes significativos para extração de madeira para usos diversos, especialmente para construção e aparatos de produção alimentar, como moinhos, engenhos e outros. Portanto, a estratégia de

Pitangui era vital, pois esta localidade, “porta” para Sertão, era rica em ouro, recursos hídricos e madeira.⁴⁶

Em relação ao campo político, desde a guerra dos Emboabas, o que estava em jogo no conflito, era uma disputa pelo poder local, envolvendo o interesse em cargos públicos, divisão das datas minerais, distribuição de sesmarias, e outros privilégios. Era uma disputa pela hegemonia sobre o território das minas, como mostrado no capítulo anterior. Após terminada, tentou-se equilibrar o número de emboabas e paulistas nos cargos e a distribuição de datas minerais para ambos, aspecto que se mostrou frágil já a princípio. Para muitos paulistas, em vez de entrarem novamente em conflitos, preferiram tomar o caminho de volta para São Paulo, enquanto muitos desgostosos preferiram partir para outros territórios, tendo alguns se fixado no oeste mineiro, principalmente em Pitangui, por suas riquezas minerais (ROMEIRO, 2007, p. 546) e (CATÃO, 2009, p. 79)⁴⁷

Nesta “fuga” para Pitangui, fugindo dos principais centros mineradores, os paulistas continuariam a atormentar as autoridades da Coroa anos à frente. A tendência desde aproximadamente 1710 era isolar-se do governo da capitania. Como apontou CUNHA (2011), alguns conflitos iniciais estavam em torno das disputas pela distribuição das datas auríferas, e desde então em uma tentativa de isolamento dos outros centros, incomodados diante de uma “nova invasão” às suas minas, tentaram impedir a entrada de indivíduos estranhos à região. Este caráter de proibição de chegada de algumas pessoas à região pode ser enquadrado numa primeira fase de motim contra os poderes coloniais. Nessa mesma época, nessa tentativa de isolamento, visaram a abertura de uma estrada que ligasse diretamente Pitangui a São Paulo. No entanto, na tentativa de manter uma autonomia frente ao governo da capitania, os paulistas não conseguiram estabelecer um “governo próprio”.

Em 1714, as queixas sobre as desavenças e dificuldades entre os moradores do povoado ainda eram freqüentes. À região, o governador da capitania D. Brás Baltasar envia o militar Pedro Gomes Chaves, que devia realizar a repartição das datas, e ainda cobrar a quantia em ouro do quinto. Entretanto, o governador afasta Chaves de seu cargo, e coloca no lugar uma junta governativa, composta de líderes locais, dentre eles Domingos Rodrigues do

⁴⁶ Para entendimento da importância quando aos recursos naturais na região, ver RIBEIRO (2005); e o documento “Reinterpretando o espaço mineiro – volume 2”, presente em <<http://intranet.uemg.br/comunicacao/arquivos/MG-XXI-Volume%20II.pdf>>; acessado em 28/09/2018; além de BARBOSA (1995).

⁴⁷ Nos escritos que se seguiram após essa nota de rodapé, três autores foram fundamentais a explicação dos episódios que permearam a história de Pitangui em seus primórdios, como CUNHA (2011), RABELLO (2014), e RIBEIRO (2005).

Prado. Mas considerando que o arraial precisava ser melhor administrado, principalmente para a arrecadação dos quintos, foi elevado a condição de Vila em 1715. A ideia de fazer dali uma “vila”, como mostra RABELLO (2014), também era uma estratégia de poderosos locais, que assim poderiam ter maior autonomia para com o governo colonial, pois desta forma, poderiam eleger para a Câmara local, membros que estariam de acordo com seus interesses

A partir de 1717 nas localidades, novos ares rebeldes reaparecem, diante da tentativa do novo governador D. Pedro de Almeida querer cobrar os quintos que a vila devia. O paulista Domingues Rodrigues do Prado, assume liderança interna, proclamando que morreria aquele morador da vila que pagasse à Coroa alguma quantia pelo quinto. Na tentativa da cobrança da quantia em dívida, é enviado ao local Valem Pedroso, o qual é assassinado por líderes locais de Pitangui. Temerosos ao governador, alguns dos líderes locais fogem para os sertões. No entanto, o abandono das minas não era interessante ao poder colonial, uma vez que a atividade de extração do metal poderia ser interrompida, e assim, mesmo diante da dificuldade de cobrança dos quintos, a arrecadação deste poderia ser de vez, drasticamente afetada. Com isso, o governador concede aos exaltados, o perdão.

É enviado ao local, para manter a “ordem” o brigadeiro João Lobo, porém passados alguns meses em relativa calmaria, com o retorno de Rodrigues do Prado, Lobo é expulso da vila. O Juiz Ordinário local, Manuel de Figueiredo acusado pelos paulistas locais de estar como espião para o governador, é assassinado em 1719. Diante desse episódio, o governador D. Pedro decide que a vila não era composta de súditos insatisfeitos, mas eram selvagens, que precisavam sair daquele local. Desde então, preparou-se uma tropa para captura da vila e prisão dos principais líderes rebeldes. Nos dias que se sucederam de combates, a vila se entrincheirou. Vários caminhos que ligavam as porções centrais à Pitangui foram bloqueados. Os combates foram travados principalmente próximos ao rio São João e também na vila. A vitória esteve com as tropas do governador D. Pedro.

Pitangui, que estava sob uma territorialidade local exercida pelos homens de “Serra Acima”, passa então a ser controlada de forma efetiva por uma nova territorialidade. Assim como em Pitangui, em outras vilas os interesses da Coroa fizeram-se hegemônicos em contraposição a poderes locais. Essa hegemonia manifestava-se através de todo aparato administrativo e jurídico imposto por Portugal àquelas localidades. Ao ser “(re)territorializada” por forças Reais, a vila ganha junto a toda a região mineradora, o caráter

territorial urbano. Pitangui insere-se, portanto, na rede de cidades em torno da zona central mineradora.

Após os paulistas perderem o poder no local, alguns retornaram para São Paulo, mas outros perante seus conhecimentos sertanistas, conhecendo várias outras porções a oeste que poderiam oferecer riquezas minerais, conseguiram descobrir mais ao sul de Pitangui algumas reminiscências auríferas. Algumas descobertas mais significativas foram feitas não muito longe dali, nas proximidades com Piumhi. Além disso, ao sul, devido a notícias correntes de que haveria ouro nas proximidades de Itatiaiuçu e mais à montante do Rio Itapecerica, um pequeno povoado foi se formando. Surgia Tamanduá, como aponta BARBOSA (1971, 1979).

Como representado no mapa da página 62, quando Pitangui foi formada, em outras porções do oeste, perante o histórico de dizimação e captura de nativos, várias áreas indígenas que antes abrangiam extensões territoriais maiores, encontravam-se diminuídas. Com Pitangui e Tamanduá, havia duas frentes de expansão das fronteiras para o este. Além disso, anos mais tarde, em meados de 1730, algumas quantidades de ouro foram descobertas por alguns sertanistas paulistas nos territórios de Goiás. As riquezas lá encontradas eram significativas, a ponto de o governador encomendar a vários colonos uma abertura de um caminho que partisse de Sabará, passando por Pitangui, e depois seguindo para Goiás. Pouco a pouco, portanto, o sertão cede espaço às novas territorialidades impostas pela Coroa.

3.4 - A Picada de Goiás

O Grande Oeste, ficando no intermédio entre a região das minas de Goiás e a região central Mineira, e estando em grande parte ainda a ser explorado, oferecia dificuldades a viagens e aos transportes em geral. BARBOSA (1971) mostra que na necessidade de comunicação com Goiás, foram abertos dois caminhos pelo Oeste. Um caminho passaria por Bambuí e serra da Marcela, e outro partia de Pitangui, e transpunha a Serra da Saudade.

Até por volta de 1730, masmo a abertura de picadas estarem proibidas, a zona que se estenderia de centro para oeste, oferecia algumas estratégias político-econômicas. Por um lado, por iniciativa de alguns investidores de São João Del Rei, defendia-se a abertura de um caminho para Goiás. Com isso, ao longo deste, sesmarias poderiam ser concedidas. Em alguns casos, como mostrado em STRAFORINI (2012), os caminhos ofereciam oportunidades de assentamento em seus entornos, como de instalação de ranchos, vendas, e outros, sendo uma possibilidade de lucro. Por outro lado, a abertura de caminhos para oeste

poderia significar uma efetivação do poder Real sobre os sertões. Ao longo da picada, propriedades fazendeiras poderiam ser erguidas, e, com o tráfego de mercadorias e diversos produtos, a Coroa angariaria através de postos ou registros com a cobrança dos direitos de entradas. Além disso, os assentamentos rurais poderiam evitar que índios, quilombolas e bandidos povoassem esses locais, no entanto, até que os grandes quilombos fossem destruídos, muitos sesmeiros não conseguiriam erguer suas propriedades.

Por outro lado, a abertura desses caminhos para Goiás, ofereceria outras condições de enriquecimento para alguns. SILVA (2011) mostra que o interesse de “empresários” na abertura de um caminho para Goiás

(...) estava no fato de serem eles os contratadores ligados a Gomes Freire que haviam arrematado o direito de cobrar todos os demais impostos na Capitania de Minas Gerais, tinham interesse em abocanhar os ganhos que contratadores de São Paulo tinham sobre os bens entrados e saídos na então comarca de Goiás. Além disso, Gomes Freire tinha interesse de acompanhar e se manter informado dos novos descobertos que os paulistas estavam, a cada dia, levantando nos Goíases. A abertura das picadas facilitou e exacerbou, como nunca, o contrabando dos diamantes, interesse direto do grupo de Gomes Freire no ultramar. (SILVA, 2011,p.109).

Estando ligada ou não a interesses pessoais, a abertura desse caminho pouco a pouco iria contribuir decisivamente para o povoamento da região. SILVA (2011) ainda adverte que nem sempre a picada buscava atalhos. Algumas vezes, o trajeto da picada dava voltas, buscando certas comodidades como, por exemplo, serviços em ranchos para pouso, ferrarias, ou também tentando contornar acidentes geográficos, ou mesmo se afastar de áreas com presenças de quilombos.⁴⁸

Segundo SILVA (2011) e BARBOSA (1971), a picada foi construída em direção aos Goíases, partindo de São João Del Rei, passava em Oliveira, Tamanduá, Formiga, Iguatama, Bambuí, Ibiá, Serra do Salitre, Patrocínio, Coromandel, Guarda Mor até chegar ao Paracatú. Não existiu apenas esse roteiro, pois ao redor do mesmo, caminhos secundários foram traçados, visando em alguns momentos encurtar viagem, ou se direcionar a locais mais ao interior, dependendo das necessidades de cada viajante.

⁴⁸ Além disso, outro desafio imposto ao povoamento destas regiões era a presença de rios com calhas largas, que dificultavam em época de cheias, na travessia.

No mapa da Figura 3 (página 62), de acordo com LOURENÇO (2005) e RABELLO (2014), de Pitangui, ao longo do rio Pará, um “caminho” foi formado pela ação de alguns paulistas que em vez de passarem pelas porções centrais da capitania, por ali, encurtavam suas viagens para São Paulo. Nas localidades de Tamanduá, além de ser uma região pouco explorada, tinha a presença de significativos cursos d’água e matas que poderiam dar suportes para formação de comunidades clandestinas. A partir de então, na região, a expansão das fronteiras foi interrompida. Alguns ataques e roubos começaram a ocorrer com colonos que por ali passavam visando terras a oeste. Começou ali, em paralelo à expansão da territorialidade portuguesa, a formação de outra territorialidade que ganharia cada vez mais notoriedade ao longo de 1730: a territorialidade quilombola da confederação do Campo Grande.

Diante das ameaças que os quilombos ofereceram à expansão da fronteira territorial, todo um conjunto de preparações foi feito com intuito de dismantlar essas comunidades e garantir com “tranqüilidade” a expansão do povoamento, deixando os caminhos para Goiás mais transitáveis, mais seguros, como salientou AMANTINO (2008). Uma guerra contra os quilombos foi feita, mas não resolvida em pouco tempo. Das proximidades com o rio Grande, até as localidades em torno de Tamanduá e Formiga, e avançando para oeste, os quilombos tornar-se-iam importantes territorialidades que questionariam a ordem colonial escravista.

Além do incômodo a viajantes e dificultar o processo de ocupação do local, os quilombos com suas táticas de reprodução cresciam cada vez mais, prejudicando o sistema como um todo. O processo inicial de ocupação do oeste passou por avanços, ora por retrocessos.

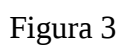


Figura 3

3.5 - Territorialidades quilombolas e a estruturação do território

Na sociedade mineira escravista, os indivíduos eram juridicamente desiguais, a sociedade escravista permitia o uso institucionalizado da violência. Portanto, os escravos estavam sob severas condições de dominação, a começar pela limitação de sua liberdade. Diante de uma sociedade opressiva e violenta como aponta GUIMARÃES (1988), muitos negros desenvolveram diversas formas de se rebelarem contra o sistema. Nesta perspectiva, os quilombos constituíram-se como uma das formas mais completas e eficazes de rebeldia e resistência ao sistema.

O que define um determinado local como quilombo, conforme defende ainda GUIMARÃES (1988), é a existência do escravo fugido. Antes de ser definido apenas pelo local físico, é a presença viva, dinâmica e ameaçadora da ordem escravista se constitui como fundamento de um quilombo. O espaço físico, independente de suas características naturais, ganha denominação de quilombo se for ocupado por escravos fugidos.

O fundamento do sistema escravista era a expropriação do trabalho do escravo, e antes que os quilombos fossem formados, as fugas constituíam-se como a premissa para que fugitivos pudessem se organizar e resistir em determinado local. Ao fugir o escravo nega sua condição de “coisa”, portanto ele se afirmava como ser humano. No entanto ao fugir, o escravo nega apenas a posse e não sua propriedade, portanto uma relação de ligação ainda permanecia entre o senhor e seu escravo. As fugas afetavam tanto os interesses do senhor do escravo quanto da Coroa. Do senhor era retirada a possibilidade de lucros com sua “propriedade”, tanto para repor o investimento inicial gasto na compra do cativo, quanto para a obtenção de riqueza com sua força de trabalho, que era o objetivo principal; à Coroa ficava a impossibilidade de auferir os lucros advindos de impostos diversos.⁴⁹

O escravo fugitivo era tido como o mais “pior” dos escravos, tido como um criminoso. As fugas ocorriam, não porque apenas eram mal tratados fisicamente, moralmente; a rebelião era contra a sua própria condição de escravo, sob a restrição de sua liberdade como um “ser vivo”. As medidas repressivas contra quilombos compreendiam um nível punitivo preventivo, assegurado pelo aparato jurídico da sociedade, impondo penas e sanções às fugas,

⁴⁹ GUIMARÃES (1988).

à criação de quilombos. Além disso, essas medidas também abarcavam as caças aos e destruição dessas comunidades.⁵⁰

Os quilombos constituíam-se, sobretudo, como territórios de resistência. Era sob determinada porção espacial que exerciam seu poder contra a ordem escravista. Na medida em que se formavam e se firmavam como comunidades, era preciso criar mecanismos que permitissem sua “sobrevivência”. A reprodução e manutenção desses territórios – iam da agricultura à mineração, do banditismo ao comércio; da reprodução biológica ao roubo e aliciamento de outros escravos. As especificidades dos quilombos condizem com esses fatores. De acordo com as formas de reprodução que predominam em determinado quilombo, pode-se pensar através disso, que podem ter existido diferentes maneiras de expressarem sua territorialidade sob determinados lugares. Alguns quilombos, por às vezes serem mais robustos, mais povoados, protegidos por muralhas, ofereciam uma condição ao lugar, uma resistência mais efetiva que de grupos menores. Em alguns casos, organizavam-se próximos a locais “civilizados”, com isso visavam invadir fazendas para roubar animais, artefatos de trabalho e alimentos.⁵¹

Além de se constituírem como complexos territórios de resistência, internamente, entre os membros da comunidade quilombola, havia relações de poder entre os habitantes, tendo alguns quilombos, líderes que comandavam o funcionamento da comunidade. Em muitos casos, havia uma divisão do trabalho entre os membros no intuito de manutenção do local, sendo alguns dedicados à atividades de mineração; outros pastores; caçadores; agricultores; alguns responsáveis pelo fabrico de roupas, farinha, fubá, entre outros. Em algumas comunidades que foram atacadas durante as expedições contra os quilombos do Campo Grande, que serão mostrados mais a frente, existiam roças de milho, mandioca, feijão, ovelhas, além de paiol para armazenarem os produtos.⁵²

Nas comunidades estavam presentes os membros responsáveis para fazerem expedições visando raptar ou aliciar negros de outras comunidades, atacar viajantes, mas também estabelecer relações comerciais com várias vendas que as vezes eram clandestinas ao

⁵⁰ *IBIDEM*

⁵¹ Ver GUIMARÃES (1988); TARCÍSIO (1995), e AMANTINO (2008).

⁵² VER MARTINS (1995)

longo do território. Em alguns casos, utensílios roubados de viajantes poderiam também ser trocados por outros produtos tanto em vendas, como também em outros quilombos.⁵³

A territorialidade quilombola também se compunha pela escolha de uma localização geográfica estratégica, em locais de difícil acesso para evitarem ataques. Algumas comunidades construía fossos e paliçadas para se protegerem. Em quilombos maiores, que possuíam atividades produtivas internas, as localidades escolhidas eram geralmente em áreas de morros. Ao contrário do que alguns pensam, possivelmente os quilombos não se localizavam em matas muito fechadas. Era vital a ocupação em morros de topos largos e vertentes pouco íngremes. Do alto haveria melhores condições de vigilância para perceber possíveis inimigos se aproximando. É também em locais altos a presença de nascentes d'água que abasteciam as comunidades, com águas frescas e límpidas. As atividades em torno da agricultura possivelmente se localizavam em meia vertente, em áreas pouco íngremes.

Além disso, os quilombos possuíam uma rede de informações com o mundo externo que se iniciava dentro da própria senzala. O insucesso das expedições repressivas várias vezes foi determinado pelo fato dos quilombolas terem conhecimento prévio de suas organizações, se preparando, fazendo emboscadas, ou fugindo para outros quilombos.⁵⁴ Outra estratégia de se reproduzirem, ligadas às suas formas de ocuparem o espaço era a formação de núcleos com contingentes populacionais menores, pois em casos de ataques, as fugas seriam mais fáceis, mais rápidas

RIBEIRO (2005) aponta que em Minas Gerais os quilombos desenvolveram-se mais fortemente em três regiões: 1) área do Campo Grande e Pitangui; 2) Região em torno de Paracatu e 3) Vizinhanças do Distrito Diamantino. De todas as três, a primeira foi a que abrigou uma maior quantidade negros fugidos

Na região que hoje condiz com os limites atuais do Centro Oeste Mineiro, segundo MARTINS (1995), alguns quilombos foram destaque: Quilombo do Mammoí, às margens do Rio Bambuí, entre os municípios de Madeiros e Bambuí. Quilombo do Ajudá, também próximo a Madeiros e Bambuí; Quilombo do Indaá, localizado entre os municípios de Serra

⁵³ Sobre a divisão do trabalho interno nos quilombos, conferir MARTINS (2005) e MARTINS (2008); AMANTINO (2008);

⁵⁴ GUIMARÃES (1988).

da Saudade e Estrela do Indaiá. Próximo ao município de Luz, houve também a presença do Quilombo da Marcela.⁵⁵

Em porções a sul do atual município de Itaguara, em proximidades com as matas de Itatiaiuçu, há registro de ataques a colonos que por ali passavam, partindo de áreas centrais mineradoras para proximidades do arraial de Tamanduá. Por volta de 1732/1733 – outros colonos foram atacados nas intermediações de Piumhi. Dentro dos limites da Comarca do Rio das Mortes, próximo à margem esquerda do Rio Grande, no início da década de 1740, reclamações era feitas por moradores locais, sobre ataques que alguns negros faziam, matando ou roubando em fazendas. Em 1743, sob o comando do capitão Vicente da Costa Chaves, uma “limpeza” na região inicia-se, nas intermediações de Formiga. Tarcísio José Martins aponta que:

(...) negros e pardos, tanto livres como escravos, ajudaram os portugueses a vencer a “Guerra dos Emboabas”, bem como a liquidar os levantes de Pitangui e de Vila Rica. Evidente que o levante dos negros em 1719 estava fadado ao insucesso: os negros e pardos forros estavam inebriados com a possibilidade de ascensão social, tanto é que havia muitos negros e pardos que eram sargentos, alferes, capitães nas milícias e até juizes de vintena. Grandes decepções viriam, no entanto, ao fazê-los pôr os pés no chão: em 1725 (discriminação quanto à mobilidade e cargos públicos, 1735 (imposto da Capitação que tinham que pagar) e 1755 (“alforria” dos índios, ou gentios da terra). Esses fatos, sem dúvida, levaram muitos negros e pardos forros a aderirem à luta Quilombola (MARTINS, 1995, p. 161)

Nesta época, havia referências sobre a formação de uma grande área quilombola nas proximidades: o quilombo do Campo Grande, ou para alguns à época o Quilombo do Ambrósio. Para o governador da capitania na época, este famoso quilombo localizava-se entre São João Del Rei e a capitania de Goiás. Em grande medida, essa referência se constituía em uma completa generalização da localização deste quilombo. Em parte, isso se justifica pelo fato de que muitas porções ao oeste ainda eram pouco conhecidas. Numa região ainda coberta por matas, os contíguos de São João Del Rei, e mais ao norte Formiga, Oliveira e Tamanduá eram pouco desbravados, condição um pouco diferente de áreas mais ao norte dali, como já exposto nas proximidades do “Pays” do Pitangui.

Conforme MARTINS (1995), este quilombo do Ambrósio começou a se formar por volta de 1726. RIBEIRO (2005) mostra também, que possivelmente o quilombo mais antigo

⁵⁵ MARTINS (1995, p. 197 e 198)

na região estaria situado nas proximidades de Pitangui, formado por volta de 1720 e destruído em 1739. Nesta localidade, segundo alguns documentos da época, os negros estariam extraíndo ouro. Nas proximidades de Contagem também eram notificadas algumas reclamações de ataques de negros a colonos que passavam por ali visando Pitangui⁵⁶.

Na expansão das fronteiras que ocorriam na década de 1730, após os primeiros assentamentos em Tamanduá, ao longo de algumas picadas, descobriu-se que negros livres, gentilhas, e negros fugidos já estavam habitando a região através de diversas povoações e pequenas comunidades. Muitos desses quilombos se formaram em torno de pequenos ribeiros, que deles poderiam retirar dos alúvios algumas quantidade de ouro, para uso em diversos fins.

Diante de vários episódios de mortes e roubos praticados por quilombolas, o governador da capitania mineira Gomes Freire de Andrada, remeteu uma circular às diversas câmaras das vilas (Vila Rica, Mariana, São João Del Rei, São José, Vila Nova da Rainha e Sabará) a necessidade de dismantelar o quilombo “Grande”. O desbaratamento de quilombos era de importância, vital para a “segurança colonial”, e, portanto, também para a ordem do sistema escravista.⁵⁷

Enviou Gomes Freire a cada câmara uma lista de todo orçamento previsto para as despesas de gêneros que seriam utilizados na guerra contra o “Campo Grande”. O orçamento previa desde armamentos, cordas, porcos que seriam levados para abate, entre outros alimentos, e outros utensílios. BARBOSA (1979) mostra que todas as Câmaras atenderam ao pedido do governador, e as despesas totalizaram 2750 oitavas de ouro.

MARTINS (1995) demonstra com base num mapa elaborado pelo Capitão França (Figura 6), que o Quilombo do Campo Grande estaria localizado ao longo da margem direita do rio Grande, em torno da porção sul de Formiga e em Cristais, embora haja confusões em torno dessa localização, que para alguns estaria ao lado esquerdo do rio Grande. As tropas de Freire ao chegarem ao referido quilombo enfrentou terrível resistência, durando a batalha mais de sete horas. Destruído este quilombo, na região, em algumas localidades foram distribuídas algumas sesmarias.

A destruição de quilombos se mostrava como algo lucrativo em vários aspectos: por um lado a devolução de um escravo ao seu senhor rendia boas quantias; por outro lado, na

⁵⁶ (RIBEIRO, 2005, p. 303)

⁵⁷ MARTINS (1995) e GUIMARÃES (1988)

“clandestinidade”, alguns capturadores também poderiam vender seus prisioneiros negros para outras localidades, inclusive para outras capitanias, tendo com isso maior possibilidade de lucro. (MARTINS, 1995, p. 224). Além desse aspecto, o desbaratamento de quilombos poderia garantir a quem conquistasse as terras, o direito de posse sobre elas como forma de doação em sesmaria. Neste caso, houve situações em que alguns quilombos na região das nascentes do São Francisco foram desmantelados, e as terras tomadas sendo doadas aos conquistadores, como ocorreu com Bartolomeu Bueno, em proximidades de Piumhi, tempos depois de 1746. Após a queda da principal localidade do quilombo do Campo Grande nos entornos de Cristais, na região ainda restaram algumas “reliquias” quilombolas, que foram destruídas aos poucos (MARTINS, 2008, p. 623).

Após 1746, conforme exposto por MARTINS (2008), muitos quilombos que ainda restaram nas intermediações de Cristais, Formiga e Tamanduá, se viram forçados a migrarem para áreas mais remotas, ocupando localidades mais interioranas, pouco exploradas até então. Em 1758, por exemplo, nas proximidades de Santo Antônio do Monte e Moema, alguns remanescentes de negros fugidos foram destruídos por Antônio Rodrigues da Rocha. Como se observa na Figura 4, havia um espaço pouco habitado em porções centrais da região, com poucos caminhos que passaram por ali.

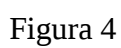


Figura 4

Para oeste, havia menos povoados ainda, e as condições geográficas nesta direção poderiam favorecer as fugas, pois após as proximidades de Bambuí e São Roque de Minas, uma zona de morros altos, que desde a margem direita do Rio Grande (porção sul) se delineava para norte. Essas serras se circunscrevem às proximidades do domínio da Serra da Canastra, onde o relevo em geral se caracteriza por morros altos. As formações geomorfológicas dessa região por se constituírem sob rochas quartzíticas ofereciam boas condições de armazenamento de águas pluviais em suas diversas fissuras. A área em questão circunscreve-se como divisora de águas. Nela brotam nascentes que correm para oeste, contribuindo na formação de riachos ligados à bacia hidrográfica do Paranaíba, e correm para leste, formando córregos e rios que deságuam no rio São Francisco. Diante dessas características, Ibiá situada em porções mais altas, oferecia boas condições à formação de quilombos.⁵⁸

Em 18 de Junho de 1759, parte de São João Del Rei outra grandiosa expedição rumo a destruição do “Segundo” Campo Grande. A tropa estava composta de quatrocentos homens armados, sob o comando de Bartolomeu Bueno do Prado. Além dos soldados, mais pessoas foram levadas na expedição para transportar diversos acessórios e mantimentos. A empreitada não só objetivava marchar rumo às porções em torno de Ibiá, pois uma parte do exército seria deslocada para o outro lado do Rio Grande, portanto ao sul. Não se tratava de destruir um ou outro quilombo, tratava-se de combater uma “Confederação”.

A expedição rumo a oeste, perpassou por várias localidades quilombolas, a maioria delas compostas de muitas casas, no entanto, completamente vazias. No caminho, o quilombo do Mammoí, entre municípios de Medeiros e Bambuí, encontraram 150 casas. No quilombo do Indáa, próximo a Serra da Saudade, havia 200 casas. Estima-se que de acordo com os registros históricos dos aventureiros, a região era habitada por pelo menos 2500 habitantes. Na porção ao sul do Rio Grande, a população quilombola ultrapassava 5800 habitantes (MARTINS, 1995, p. 237).

⁵⁸ Sobre as características da Geologia na região, ver: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21251/3/Chapad%C3%A3oDiamanteSerra.pdf>; <http://www.scielo.br/pdf/rem/v61n3/a14.pdf> - ambos acessados em – acesso em 08/12/2018; e

Em meados de setembro de 1759, toda a região desde Tamanduá, Formiga até Ibiá, havia sido “varrida” pela expedição de Bartolomeu Bueno. De vários encontros que os “expedicionários coloniais” tiveram, um dos mais tensos em combate se deu nas proximidades do Rio Bambuí. Neste, mais de 50 negras foram capturadas, dentre elas, algumas crianças, que tinham em torno de 12 anos de idade.



Imagem que retrata uma das porções da Serra da Sobra – Ibiá_MG⁵⁹ (Figura 5)

⁵⁹ Fonte: <https://www.flickr.com/photos/103593961@N02/15788732538> - acesso em 28/11/2018; Como se observa na imagem, é perceptível que nas bases das vertentes dos morros, há presença de algumas matas. Em muitos casos, os quilombos ao serem erguidos em meia vertente aproveitavam um relevo mais suave para plantações e construções do que porções localizadas nos topo. Além disso, em meia vertente, não ficavam muito próximos de locais baixos, de onde os ataques poderiam vir. As matas em questão poderiam servir como “muralhas naturais”, pois dentro delas, quilombolas poderiam preparar armadilhas, emboscadas, além de que, a vegetação por si mesma, também constituía um fator que retarda marchas militares. Os altos dos morros serviam como pontos de vigia, mas também como locais por onde brotam nascentes que abastecem as comunidades. Com base nesses aspectos, é possível dizer que muitas comunidades conseguiram se manter a partir do momento que sabiam aproveitar as oportunidades que a natureza oferecia. O êxito da territorialidade quilombola em resistência aos processos de povoamento coloniais, começava nas organizações internas de cada a quilombo, desde a divisão social do trabalho, preparo de defesas, e outros, até o entendimento do espaço que ocupavam. Em muitas generalizações sobre as “geografias dos quilombos”, concebem que estes se formam em matas, quando possivelmente, esta se constituía apenas como uma parte das estratégias.



Mapa de Todo do Campo Grande⁶⁰ (Figura 6)

Após as expedições na região, diversos membros que delas participaram, receberam sesmarias no Sertão do Campo Grande. Além do interesse na obtenção de terras nessas localidades, eram várias outras as intenções por detrás das empreitadas militares. Nas proximidades das nascentes do São Francisco, em meio aos veios dos quartzitos, havia a possibilidade haver diamante e ouro. Bartolomeu Bueno em alguns locais recebidos, encontrou algumas faisqueiras (MARTINS, 1995, p. 173).

Apesar da força militar e da “limpeza” sobre a região, haveria ainda muitos remanescentes quilombolas que resistiriam em anos posteriores. Os quilombos continuavam desta forma a representar um obstáculo à ocupação na região por fazendas de gado e lavouras, o que impactava tanto em interesses locais, quanto aos interesses da Capitania e da Coroa. A situação começaria a mudar significativamente em fins da década de 1760, com a chegada de Inácio Corrêa Pamplona. ganhando o título de Mestre de Campo pelo Governador D. Luís de Meneses Castelo Branco, Pamplona foi encarregado de limpar a região; era um empreendimento visando a dar novo impulso à colonização daqueles sertões.

⁶⁰ Fonte: <https://www.mgquilombo.com.br/mapa-da-confederacao-quilombola-do-campo-grande/> - acesso em 30/11/2018. A Figura contém um mapa elaborado por um dos capitães que serviu durante a segunda guerra aos quilombos em 1759. Ao centro tem-se o rio Grande, destacável em sua largura. Na imagem, é mostrado seu trajeto de leste para oeste. Pequenos círculos na imagem representam as localidades quilombos.

A territorialidade quilombola que foi hegemônica ali décadas antes, começaria a perder força. A grande confederação quilombola estava destrocada. Novos caminhos seriam traçados interligando diversas partes. Pamplona por exemplo, foi responsável por construir uma ponte sobre o Rio São Francisco, nas proximidades de Iguatama, onde passava a Picada de Goiás.

A partir do mapa na Figura 3 mostrado anteriormente, verifica-se o nível em que se encontrava a expansão de fronteiras para oeste, circunscrito na intermediações de Pitangui e Tamanduá. Na região do Grande Oeste, ainda permanecia alguns remanescentes indígenas. Ao mesmo tempo em que avançava a colonização, ao sul, a partir de 1725, ocorria a formação de um contingente de quilombos que representou uma territorialidade resistente. Pelo mapa, e de acordo com as informações históricas, era uma grande área, e que ofereceu nos anos posteriores, grande preocupação às autoridades. Como exposto, após a primeira “guerra” contra essa região do Campo Grande, muitos quilombos passaram a migrar para oeste, onde as condições físicas/ locais eram atraentes. Eram áreas que ofereciam possibilidades de proteção nos morros e altas vertentes, mas que também não estava distante de rotas comerciais, onde se observa uma série de caminhos que partiam de leste para oeste, rumo a Goiás.

No mapa da Figura 4, é possível perceber que após a primeira “guerra” ao Campo Grande de Cristais, alguns povoados puderam se formar. A expansão naquela área, como defende LOURENÇO (2005), foi retomada. No entanto, alguns locais mais ao norte estavam um pouco mais isolados das frentes coloniais de expansão, diante disso, provavelmente favoreceu a instalação de alguns quilombos na região, como se percebe pelo mapa a presença de algumas reminiscências quilombolas próximas ao rio Indaiá.

Vale ainda acrescentar, que após a instituição do imposto da capitação pela Coroa sobre a região das Minas em 1735, com intuito de diminuir o contrabando de ouro, muitos mineradores tiveram dificuldades de continuar suas atividades em zonas conhecidas. A falta de condições fez com que muitas pessoas abandonassem as vilas e buscassem refugio em outros locais onde poderiam se livrar do olhar das autoridades. Os sertões de oeste afiguravam-se como ótimos lugares, como adverte AMANTINO (2006).

Esta autora ainda consta que:

O novo sistema de tributo de 1735 era difícil para muitos, pois “todos os trabalhadores teriam que pagar o tributo mesmo em momentos de pesquisas para localizar o ouro. Como muitas vezes as pesquisas resultavam em fracassos, este imposto ficava cada vez mais injusto e odioso pelos mineiros (AMANTINO, 20068).⁶¹

O oeste, portanto, era uma área de interesse não apenas para quem desejava no local estabelecer fazendas e angariar sesmarias. Em um processo da perda aos poucos da sua condição de sertão, serviu como refúgio para muitos indivíduos, de variadas condições sociais. Nele, apesar das sucessivas frentes de abertura das matas, e destruição de quilombos, ainda mostrava-se como uma região que demoraria algum tempo para o poder Real se instituir de forma efetiva.

No mapa da Figura 5, é importante destacar a mudança de territorialidades sobre aquele espaço. Após as guerras, e com a intensificação do tráfego de mercadorias, pessoas e riquezas nos caminhos para Goiás, alguns núcleos urbanos tornam-se mais numerosos. Até 1730 por exemplo, havia apenas dois núcleos: Pitangui e Tamanduá. Em 1740 outras localidades foram se constituindo como Piumhi, Papagaios, Cristais, Formiga, Oliveira, Onça do Pitangui. A partir de 1760, como se observa no mapa da Figura 7, outros locais de povoamento surgem: Araxá, Ibiá, Abaeté, Dolores do Indaiá, Pedra do Indaiá, Luz e Leandro Ferreira.

Em paralelo ao processo das conquistas e desmantelamento de quilombos, em alguns locais, não necessariamente um ambiente “urbano” se constituiu. Em alguns casos, erguiam-se capelas, cruzeiros, e nos entornos, fazendas começavam a florescer. SOBRINHO (2007), por exemplo, demonstra que após o processo de destruição dos quilombos, vários núcleos deram suporte às atividades mercantis que por ali transitavam. A atual cidade de Formiga, nessa perspectiva, nasceu de um pouso e uma capela.

De certa maneira, os povoados recém formados, constituíram “pólos” de irradiação da colonização. Alguns vilarejos possuíam em seus primórdios igrejas ao centro, e em seus arredores a instalação de alguns serviços, como ranchos, vendas, estábulo, ferrarias, entre outros assentamentos. Ao contrário de uma fazenda isolada, um arraial por abrigar mais

⁶¹ Nesta referência da autora, as páginas não se encontram numeradas.

pessoas e possuir alguns sistemas de seguranças, como quartéis ou postos avançados, poderiam oferecer melhores condições de resistência aos ataques de grupos quilombolas e garantir o prosseguimento do povoamento. Bambuí, por exemplo, após ser povoada por Pamplona e outros colonos, constituiu como uma “fortaleza” no oeste.⁶²⁶³

Parte desses pequenos povoados que se construíram com a expansão da territorialidade colonial para oeste, foram as bases do que hoje se constitui o Centro Oeste de Minas. Além dessas localidades, os caminhos que foram traçados para Goiás, e além destes, outros que interligavam os núcleos de povoamento entre si na época, também se constituíram como fator importante na estruturação dessa região.

Após 1760, com esta zona tendo melhores condições de ser povoada, a expansão de fronteiras ainda continuaria a oeste. Toda essa região em torno do Alto São Francisco e Paranaíba possuía além de condições de ser uma zona para expansão de atividades agropecuárias, era uma zona de transição de viagens que partiam rumo a Goiás, mas também representava uma estratégia vital em relação a geopolítica de Minas com São Paulo e Goiás.

Conforme acrescenta LOURENÇO (2005) numa estratégia geopolítica contra São Paulo, as terras ocupadas seriam uma maneira de manter sob vigilância as fronteiras nas proximidades com o rio Grande; além de que pela picada de Goiás, o ouro por ela transportado de Goiás não teria influência de paulistas e de contrabandistas, pondo o mineral diretamente sob controle da fiscalização de Minas; logo, sendo enviado ao Rio de Janeiro. Com a picada, a estrada do Anhanguera⁶⁴ perderia força, pois o contato de Goiás com o leste passou a se fazer quase todo pelos territórios de Minas. Essa importância geopolítica também se fazia presente nas proximidades do que ficou conhecido Alto Paranaíba. Era importante ter a região ocupada para se evitar possíveis tentativas de Goiás tomar aquelas terras, como apontou LOURENÇO (2005).⁶⁵

⁶² Sobre a importância de Bambuí como ponto de partida de várias expedições de Pamplona no oeste, ver SOBRINHO (2007); SILVA (2011).

⁶³ A norte, nas proximidades de Abaeté, após 1770, a região atraiu diversas pessoas em busca de diamante. Muitos vieram de Diamantina, mas também de outras localidades ao sul, como apontou RIBEIRO (2005). Abaeté constituiu-se, portanto como mais um local por onde o povoamento do oeste se daria.

⁶⁴ Segundo LOURENÇO (2005), a estrada do Anhanguera vinha da região mineradora de Goiás, em direção ao sul, passando na região do “Sertão da Farinha Podre” (Atual Triângulo Mineiro), e seguia para São Paulo, sem em parte nenhuma passar dentro do território de Minas.

⁶⁵ Sobre essas disputadas Geopolíticas, ver também MARTINS (1995); ANASTASIA (2005) e conferir o trabalho de SILVA (2015) presente em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434391074_ARQUIVO_TERRITORIO,CONFLITOEACO

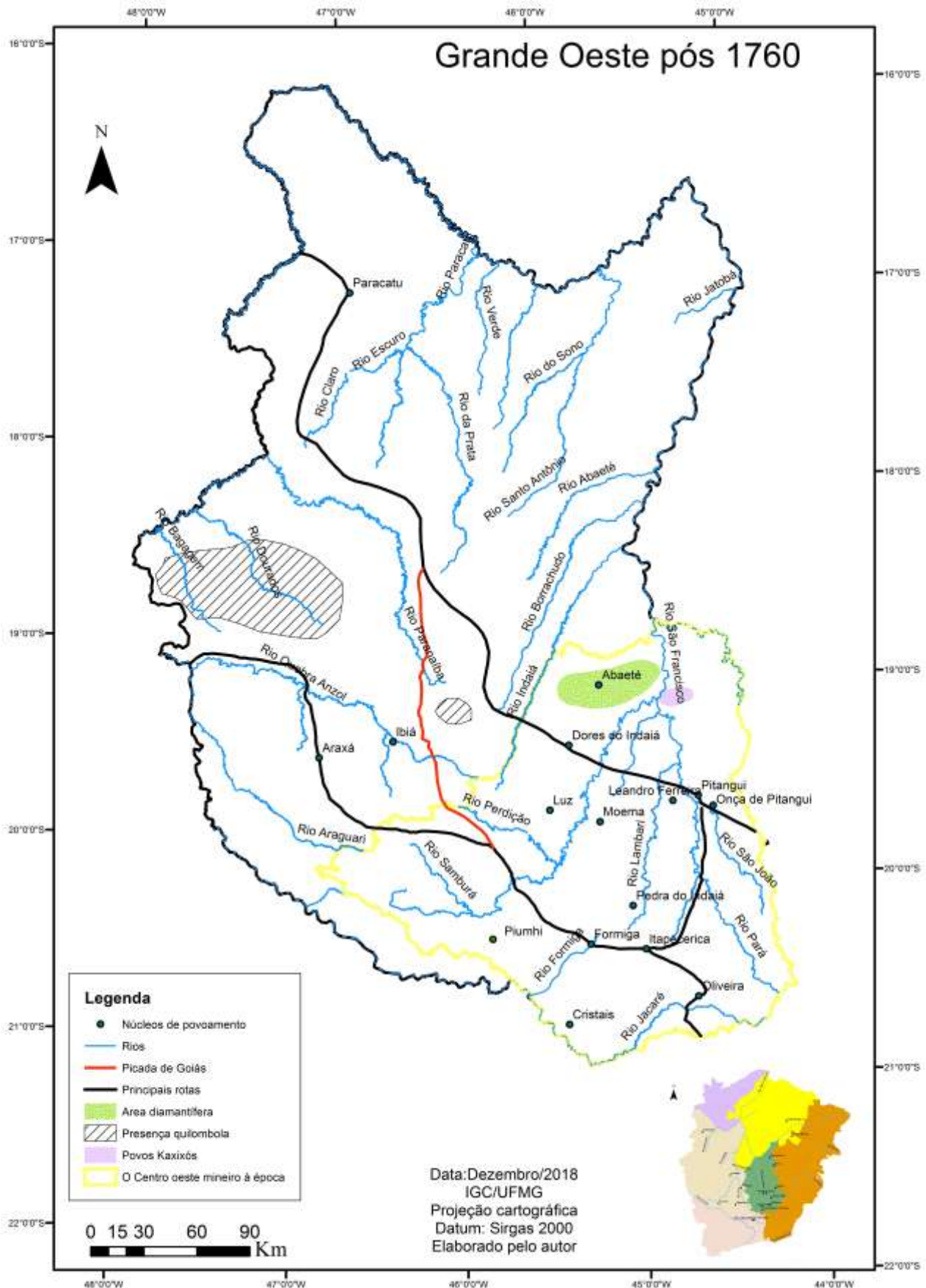


Figura 7

No mapa da Figura 7 (página 76), são mostrados vários elementos que constituíram o Grande Oeste pós guerra do Campo Grande. Como mostrado anteriormente, com a destruição dos grandes quilombos, localizados ao sul (ao longo do rio Grande, serra da Canastra, entre outros) e em locais centrais (próximos à Moema, entre outros), muitos povoados começaram a se formar, constituindo-se como pequenos arraiais. Alguns principais caminhos estavam traçados, dentre eles a Picada de Goiás, que partia de São João Del Rei que ao norte encontrava-se com o caminho vindo de Pitangui. Juntos formavam logo um só caminho que levava a Goiás, como apontou BARBOSA (1979).

Interligando os pequenos povoados, outros caminhos foram traçados na porção interna, como por exemplo, de Pitangui para Tamanduá, Pitangui para Abaeté, de Pitangui para Bambuí, entre outros. Os quilombos pouco a pouco, tornaram-se menos numerosos e muito dispersos. Grandes comunidades de resistência não teriam mais condições de se organizar como décadas atrás. O povoamento seguiu com força. Antes, apenas alguns fatores tentaram impulsionar a ocupação dessa vasta região. Mas a partir do momento que a Capitania dedicou mais recursos para o projeto colonizador, as chances de um povoamento efeito aumentaram. Esses recursos estiveram presentes desde o financiamento das guerras contra os quilombos até a concessão de sesmarias e aberturas das picadas

O povoamento do oeste significava oportunidades de se achar mais ouro; de Portugal expandir seus domínios territoriais; mais tarde, após Minas Gerais tornar-se cada vez mais complexa em sua economia, demandava mais terras para aumentar a produção de alimentos para sua população crescente, e o oeste possuía vastas terras que poderiam ser utilizadas.

Esta região por se constituir como uma “zona de transição” entre a área central mineradora, São Paulo a sul e Goiás a Oeste, possuía um caráter geopolítico importante para as autoridades mineiras. Além disso, o oeste ao ser desbravado e ocupado não poderia ser mais um local para abrigar aqueles que quisessem ameaçar os interesses coloniais.

Considerações Finais

Ao se fazer um estudo de cunho “Geo-histórico”, não se busca fazer uma cronologia dos fatos, ou descrição dos mesmos, embora possam ser elementos que auxiliem as pesquisas. Por ser “Geo...”, a ênfase há que ser dada à categoria “espaço” em diálogo com as condições temporais do período que se quer trabalhar. Desta maneira, é pensar como o espaço estava sendo organizado em determinado período. Esta organização espacial tem a ver em como os seres humanos que se apropriam do meio em que vivem, estabelecendo nele relações de poder.

Essas relações constituem os territórios, que podem ser entendidos como “campos de forças” que se formam a partir das imposições de determinados atores, ou grupos diversos sobre alguma porção espacial. Embora hoje o território seja questionado quanto à sua condição de ter uma “materialidade” que lhe dê suporte, como nos casos onde são mencionados os “territórios” cibernéticos, em Geografia, apesar disso, o território sempre estará relacionado direta ou indiretamente ao espaço onde a sociedade habita.

No caso deste trabalho, onde se fez um recuo aos tempos coloniais, a proposta da pesquisa se baseou em mostrar as sucessivas territorialidades que se deram sobre o espaço desta região “Grande Oeste”. As territorialidades significam pensar a dinâmica territorial, a qual determinada porção espacial estavam circunscritas, portanto, a quais relações de poder os “espaços do oeste” estavam submetidos ao longo dos períodos. As territorialidades são mais amplas que os próprios territórios, pois através delas os seres humanos podem afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço; elas se constituem como um conjunto de estratégias e mecanismos que os indivíduos ou grupos utilizam para constituírem seus territórios, para expressarem uma relação de poder sobre o espaço, conforme nos acrescenta SANTOS (2009)⁶⁶. Os territórios ao serem formados, ao mesmo tempo possuem uma característica de “resultado”, mas também como “processo”, pois se revela dinâmico no espaço e no tempo, sujeito a se transformar conforme as relações humanas mudam.

A princípio, este vasto oeste estava sob as relações de poder de alguns grupos indígenas. A partir do momento que esses grupos entravam em atrito com outros nativos, havia uma reconfiguração dos territórios nesses espaços. Além disso, após uma série de

⁶⁶ Presente em:

http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html; aceso em 14/12/2018;

investidas de bandeirantes visando apreensão desses povos para escravizá-los, “grandes territórios” aos poucos foram se desmantelando. Portanto, ao longo do século XVIII ocorria uma reconfiguração das formas de ocupação desses espaços e uma nova territorialidade que se impunha aos povos locais. Como mostrado, a “nação” dos Cataguas, foi pouco a pouco dizimada. O território ao qual ela dominava, aos poucos foi perdendo suas dimensões em razão de outros territórios ali se formarem, como foi o caso dos territórios “de caça ao índio” e territórios mais tarde instituídos por quilombolas.

O Grande Oeste ao longo do tempo vai perdendo sua condição de sertão à medida que algumas territorialidades por ele avançavam. Em um momento, havia a chegada dos primeiros sertanistas que se assentavam em locais com presença de ouro. Tempos depois do local ser revelado às autoridades, a territorialidade Real ali chegava com todo o seu aparato administrativo e fiscal.

A territorialidade da Coroa sobre as regiões das minas começou a se formar através das primeiras descobertas de ouro, onde pequenos povoados eram erguidos, e os primeiros “Guarda Mor” chegavam para repartir as datas minerais e os cargos. À medida que a região se mostra altamente produtiva, um aparato administrativo, jurídico, legislativo e fiscal se forma nestes locais. Ao longo do tempo, vários povoados surgidos ao longo das minas vão ganhando notoriedade urbana. E em determinado momento, várias localidades estabelecem entre si uma característica de rede, em integração, formando, portanto uma zona de influência que polarizava a Capitania pela sua porção central. Essa expansão da área de influência exercida pela urbanização reflete mais uma parte dessa complexa territorialidade que estava se firmando.

Em algumas zonas produtivas rurais, a territorialidade metropolitana se esbarrou em diversos outros poderes, como foi o caso dos potentados locais, grandes fazendeiros a darem suporte aos diversos processos econômicos e sociais nas relações de produção da colônia. Nos sertões, o poder régio se fazia mais timidamente, ou em determinado período ainda nem se fazia presente. Nos sertões, as territorialidades mais efetivas foram os quilombos, por conseguirem impor na região onde habitavam suas diversas formas de vida e relações com aqueles espaços.

Em cada tempo, no espaço, manifestam-se diferentes maneiras de ocupação e reprodução da vida social. No caso deste trabalho, poderíamos refletir que existiram nos primórdios da região que viria a se constituir como o “Centro Oeste Mineiro”, cinco espaços/tempos:

- Um **primeiro** “espaço/tempo” que era representado pelas presenças indígenas na região – as territorialidades indígenas;

- Um **segundo** “espaço/tempo” – com a era das expedições de bandeirantes e os primeiros descobertos auríferos na região, como ocorreu em Pitangui;

- Um **terceiro** “espaço/tempo” surgiu com o início do povoamento na região através de outros povoados e aberturas de alguns caminhos. Nesse contexto, estiveram presentes os descobertos de ouro em Goiás, o que atraiu para a região interesses na abertura de Picadas. Porém a região ainda demoraria algum tempo para ser povoada com mais rigor, devido uma outra “espaço-temporalidade” que se firmava na região: os quilombos;

- Um **quarto** “espaço/tempo” – foi a presença de grandes quilombos na região que durou aproximadamente vinte anos (1740 – 1760). Com o desbaratamento deles, após 1760 a região entraria sob uma nova condição espaço/temporal;

- Um **quinto** “espaço/tempo” – início de uma nova “era”, com um povoamento mais decisivo; doação de várias sesmarias ao longo de alguns povoados e caminhos; início de uma expansão de potentados locais, que posteriormente exercerão novas relações de poder, tanto a nível local, quanto fazendo frente ao poderes coloniais, e mais tarde sob os poderes do “Império do Brasil”, pós independência.

Não necessariamente um “espaço/tempo” viria a substituir por completo o anterior. Com base no que foi mostrado na Parte 1, de acordo com Milton Santos, a formação do espaço pode ser entendida como uma “acumulação desigual de tempos”, portanto, ao mesmo tempo que processos sociais se sucediam ano após ano, havia “temporalidades” passadas que ainda conviviam no espaço. Neste caso, podemos pensar que apesar de grande maioria dos quilombos serem destruídos no século XVIII, ao longo do tempo, a prática das fugas ainda iria continuar. Após as guerras do Campo Grande, algumas localidades quilombolas ainda existiriam apesar das novas territorialidades que se constituíam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMANTINO, M. **A conquista de uma fronteira; o Sertão Oeste de Minas Gerais no século XVIII.** Revista de História (UFES) , Espírito Santo, v. 14, p. 65-90, 2002.

AMANTINO, M. **O Sertão Oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde..** Varia História , Minas Gerais, v. 29, p. 79-97, 2003.

AMANTINO, M. **Os avanços e recuos no povoamento do Sertão Oeste de Minas Gerais no século XVIII: os limites da pobreza.** Boletim de História Demográfica, São Paulo, v. 41, p. 10-23, 2006.

AMANTINO, M. **O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais - século XVIII.** São Paulo: Annablume, 2008.

BARBOSA, W, A - **A decadência das Minas e a fuga da mineração** – Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.

BARBOSA, W, A. -**História de Minas** – Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979

BARBOSA, W, A - **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais** – Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1995.

BARROS, J. A. **Geografia e História - uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço.** Geografia (Londrina), v. 19, p. 67-84, 2010.

BOXER, C. R. **A idade do ouro no Brasil.** 3ª edição – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAGA, L. C. **Apontamentos sobre o debate da relação espaço e tempo na pesquisa geográfica.** Espaço em Revista (UFG), v.16, n.2, set/dez. 2014.

CARNEIRO, P. A. S. **Do sertão ao território das Minas e dos Campos Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação regional de Minas Gerais no período colonial.** 2013. Tese (Doutorado em Pós-graduação em Geografia - IGC/UFMG) - Universidade Federal de Minas Gerais.

CARNEIRO, P. A. S.; MATOS, R. E. S. **Encontros e Desencontros entre Geografia e História e Tendências na Geografia Histórica Anglo-Saxã**. Espaço Aberto (UFRJ) , v. 2, p. 33-49, 2012.

CARRARA, Angelo Alves. **Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850)**. In: Estudos de história, v.8, n.2. Franca, UNESP, 2001.

CATÃO, L. P. **Os sertões a oeste das Minas: descobrimentos, caminhos, ocupação espacial e cultura política nos séculos XVII e XVIII**. In: CORCOZINHO, B. M. S. (Org.) ; CATÃO, L. P. (Org.) ; PEREIRA, M. H. (Org.) . História e Memória do Centro Oeste Mineiro: perspectivas. 1. ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. v. 1. 224p .

COELHO, P. H. P. ; CATÃO, L. P. ; JÁCOME, C. . **Marcas do Sertão: Povos Cataguá no Oeste Mineiro**. In: Leandro Pena Catão; João Ricardo Ferreira Pires; Batistina de Souza Corgozinho. (Org.). Divinópolis História & Memória: Volume I História & Religião. 1ed.Belo Horizonte: Crisálida, 2015, v. 1, p. 77-88.

CORRÊA, L. **Achegas à história do oeste de Minas: Formiga e municípios vizinhos**. Formiga, 1993.

CORREA, R. L. A..**Espaço: Um Conceito - Chave**. In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes. (Org.). Geografia; Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. 1, p. 15-47.

CUNHA, A. M; GODOY, M. M. **O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX**. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE, 2003, Caxambu. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE. São Paulo: ABPHE, 2003.

CUNHA, A. M. **O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX**. Cadernos da Escola do Legislativo , v. 11, p. 57-70, 2009.

CUNHA, V. S. **As sedições de Pitangui (1709-1721): debate historiográfico, perspectivas de análise.** In: Leandro Pena Catão. (Org.). Pitangui Colonial: História e Memória. Belo Horizonte: Crisálida, 2011, v., p. 83-111.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** 1.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

DEFFONTAINES, P. **Como se constituiu no Brasil a Rêde das cidades.** Bulltetim de La Societé de Géographie de Lille – Ano 59 – Tomo 82 - ° 9 – 1938 – Lille.

ERTHAL, R..**Geografia Histórica - Considerações.** GEOgraphia (UFF) ,Niterói, n.9, p. 29-39, 2003.

FAUSTO, B – **História do Brasil** – 14ª. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FIGUEIREDO, L. **Boa ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697 – 1810) – a cobiça que forjou um país. Sustentou Portugal e inflamou o mundo** – 2ª edição. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

FONSECA, C. D. **Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas** - Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 77-108 jan.-jun. 2012.

FONSECA, C. D. – **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas** – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRAGOSO, J. **Homens de Grossa Aventura.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GODOY, M. M . **Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento.** Cadernos da Escola do Legislativo , v. 11, p. 89-116, 2009.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva ; CAMINI, Thiago. A. S. ; FONSECA, Diego F. ; CORREA, Danielle C. G. . Região, população e transportes em Minas Gerais na Era Vargas. **As contradições da era ferroviária e as correlações entre**

infraestrutura viária, território heterogêneo e a distribuição e mobilidade populacional. TOPOI (ONLINE); REVISTA DE HISTORIA, v. 18, p. 274-302, 201

GUIMARÃES, C. M. **Uma negação da Ordem Escravista: quilombos em Minas gerais no século XVIII.** São Paulo: Editora Ícone, 1988. v. 1. 171p .

GUIMARÃES, C. M **Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII.** In: Maria Efigênia Lage de Resende; Luiz Carlos Villalta. (Org.). As Minas setecentistas. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 439 – 454.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **A mineração: antecedentes luso-brasileiros & Metais e pedras preciosas.** In História geral da civilização brasileira – A época colonial, tomo I, volume 2: administração, economia, sociedade, 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LIBBY, D. C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T . **História Geral do Brasil** – 10ª Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier 2016.

LOURENÇO, L. A. B. - **A Oeste das Minas: índios, escravos e homens livres numa fronteira oitocentista.** 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2005. v. 2000. 352p .

MARTINS, R. B. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.** Texto para discussão N°.10. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

MARTINS, T. J. **Quilombo do Campo Grande: A História de Minas, roubada do povo.** São Paulo: Gazeta Maçônica, 1995.

MARTINS, T. J. **Quilombo do Campo Grande: a História de Minas que se devolve ao povo.** Contagem: Santa Clara Editora, 2008.

MATOS, R. **A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial.** Geografias (UFMG) , v. 7, p. 10-30, 2011.

MATOS, R.; COSTA, A. **Por uma regionalização da Minas Oitocentista**. Revista GEOgrafias , v. 1, p. 114-136, 2016.

MAXWELL, K. R. **A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal – 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2011. v. 1. 432p .

MORAES, F. B. **De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais**. In: Maria Efigênia Lage de Resende; Luiz Carlos Villat. (Org.). **As Minas setecentistas**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 55-85.

OLIVEIRA, A. U. **Espaço e tempo: compreensão materialista dialética**. In: SANTOS, M. **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1982. p.66-109.

PAIVA, C. A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. Tese de doutorado.

PAULA, J. A. **O Prometeu no Sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais**. 1988. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo.

PAULA, R. Z. A. **Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação do território de Minas Gerais**. Revista Científica da FAMINAS , MURIAÉ-MG, v. 1, n.2, p. 255-276, 2005.

PERLATTO, F.. **História e Geografia: um diálogo necessário**. Virtú (UFJF), v. 1, p. 1-15, 2005.

RABELLO, R. S. **O pays do Pitanguy: séculos XVIII e XIX – ouro, rebeldia e expansão regional** – Itaúna: MG. Vile Editora e Escritório de Cultura, 2014.

REIS, P. P . **Caminhos de penetração das capitanias de São Paulo**. In: Anais do Museu Paulista, Vol. XXXI. São Paulo, Museu Paulista, 1982.

RIBEIRO, R. F. Florestas anãs do Sertão – o Cerrado na História de Minas Gerais – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro: relações com a Inglaterra.** São Paulo, Pioneira, 1992.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**- 4. ed. 8. reimpr. - São Paulo: Editora, 2014.

SANTOS, M. **O retorno do território.** SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, María Laura. **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense.** In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur Withacker. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. , p. 157-186.

SILVA, L. J. **Bambuú nas trilhas da Picada de Goiaz – Pamplona, quilombolas e o povoamento do Campo Grande** – Contagem: Santa Clara Editora, 2011.

SOBRINHO, J. F. P. **A formação histórica das comunidades no Brasil: estudo da criação do Arraial de São Vicente de Férrer da Formiga. Sua História e sua gente.** Vol.1. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Del Rey, 2007.

SOUZA, M. A. G – **O descobrimento e a colonização portuguesa no Brasil** – Belo Horizonte: Itatiaia. 2000.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, R. L. – **Os sentidos do povoamento: aspectos da ocupação territorial de Minas Gerais.** Revista Ciência Humanas – Universidade de Taubaté (UNITAU) - BRASIL – vol. 1, n. 1. 2009

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia - Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

STRAFORINI, R. - **A invenção dos Caminhos Reais do Ouro: formação territorial e as estratégias de apropriação territorial dos eixos de circulação no século XVIII**. Espaço Aberto , v. 2, p. 87-108, 2012.

ZEMELLA, M. P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1990